

Fundação Biblioteca Nacional

Ministério da Cultura



Programa Nacional de Apoio à Pesquisa
2007

Programa Nacional de Apoio à Pesquisa

Fundação Biblioteca Nacional - MinC

Aline de Moraes Limeira



Educação Particular e Publicidade no Almanak Laemmert (1844/1859)

2007



ALMANAK
ADMINISTRATIVO
MERCANTIL E INDUSTRIAL

DA CORTE E PROVINCIA DO RIO DE JANEIRO

PARA O ANNO DE

1851

ORGANISADO E REDIGIDO

POR

Estevão Laemmert

Comendador da Real Ordem de São João do Rio de Janeiro,
Cavaleiro do Imperial Ordem de São João,
e do Real Colégio Português da Roma, Senador José Carlos,
Membro Correspondente da Real Academia de Geographia e Historia de Lisboa.

QUINTO ANNO



RIO DE JANEIRO

EM CALIA DOS ESTAVOS-PROPRIETARIOS

EDUARDO E HENRIQUE LAEMMERT

RUA DA OUTANHA, Nº 77

1851



EDUCAÇÃO PARTICULAR E PUBLICIDADE NO *ALMANAK LAEMMERT* (1844/1859)

Agradecimentos

A **Fundação Biblioteca Nacional** e ao importante trabalho da Coordenadoria-Geral de Pesquisa e Editoração, com o **Programa Nacional de Apoio à Pesquisa**. E todos os competentes e prestativos funcionários com quem, nós bolsistas, estabelecemos contatos.

Ao **Professor Dr. José Gondra** (UERJ), pela orientação competente e amigável no desenvolvimento deste trabalho.

A **Professora Dr^a Alessandra Schueler** (UERJ), pela co-orientação nesta pesquisa, (e orientação no novo projeto, articulado a este, *Práticas educativas e processos de subvenção: a iniciativa privada no século XIX*) e pela amizade.

Aos amigos do **Núcleo de Ensino e Pesquisa em História da Educação** (NEPHE – UERJ).

SUMÁRIO

I – Introdução

II - Almanak Laemmert e o mercado editorial no Rio de Janeiro (Século XIX)

Mercado editorial, tipografias, leitores: a cultura impressa.

Almanak Laemmert: condições de produção, mediadores culturais, configurações materiais.

Protetores da empresa

Os registros publicitários

Almanak Laemmert: mise em livre

III – A Educação particular

Na Lei

O Estado regula o ensino privado: a Reforma de 1854

A intervenção oficial e seus dispositivos.

Autorizações de abertura:

O exercício do magistério particular.

As práticas educativas: controle e fiscalização

Na Publicidade

Espaço físico: educação, cuidados, preceitos higienistas.

Os profissionais: magistério particular.

Planos de estudos: saberes, relações de gênero, graus de ensino.

Custos da instrução particular

IV – Considerações finais

V – Referencias Bibliográficas

I – Introdução

O investimento neste estudo, ancorado nas reflexões acerca da história da educação na sociedade brasileira do século XIX e motivado pelo fascínio dos amarelados documentos produzidos ao *correr das penas*¹ ou em rudimentares ferramentas das tipografias nacionais, exigiu grandes esforços no sentido de perceber-me aprendiz de historiador da educação. Como se não bastasse a condição de aprendiz, era preciso coragem para me e me debruçar sobre questões que a historiografia brasileira parecia não lançar a este passado educacional oitocentista com recorrência ou aprofundamento.

O primeiro esforço foi o de instaurar reflexões fundamentais acerca das relações estabelecidas com os objetos do passado. Neste sentido, foi mister compreender que este pretérito deixou apenas rastros incompletos de sua existência, portanto inenarrável em sua totalidade. Uma percepção necessária no desenvolvimento de uma investigação de caráter histórico, que não é outra coisa senão um diálogo com “pedaços” do passado e com o silêncio dos fatos. O historiador francês H. I. Marrou, acerca desta reflexão, destaca:

(...) a história é o que foi ativo, esse passado que foi vivido realmente por homens de carne e de sangue, mas na medida em que nós o conhecemos. E só o podemos conhecer se legou documentos (...) resulta daí que nunca saberemos desse passado tudo o que ele foi, nem mesmo tudo o que somos capazes de desejar saber dele.²

Ao inscrever meu objeto de pesquisa numa configuração histórica particular, é possível percebê-lo como um fenômeno de âmbito mundial³ em que se produzia um lugar social (e físico) para a nova forma escolar moderna. Constituída num longo processo em que se elaborava uma complexa “maquinaria escolar”, empregando a designação de Alvarez-Uria & Varela, (s/d), diretamente vinculada a um projeto político de produção, formação e consolidação do Estado Moderno e, conseqüentemente, de seu anseio pelo progresso, pelo status de civilidade. Inobstante suas particularidades o

¹ Termo utilizado no artigo de GONDRA, J. G. *Ao correr da pena: reflexões relativas às cartas de professores do século XIX*. IN: MIGNOT, Ana Cristina Venâncio, CUNHA, Maria Teresa Santos. (orgs.) *Práticas de memórias docentes*. Série Cultura, Memória e Currículo. Rio de Janeiro: Cortez, 2003.

² MARROU, H. –I. *Do conhecimento Histórico*. 3ª edição. Tradução Ruy Bello. São Paulo: EDPU, s/d.

³ Uma percepção apontada no artigo *Estudos comparados sobre a escola: Portugal e Brasil (séculos XIX e XX)*. NÓVOA, Antonio & CATANI, Denice. In: Anais do I Congresso Brasileiro de História da Educação, 2000.

fenômeno da educação se processa de modo semelhante no Brasil, tendo sido o século XIX o momento em que emerge e luta para se consolidar.

Desta forma, para perseguir tal objetivo - o de perceber que os vestígios da iniciativa dos particulares na educação estão 'dentro' de um processo social, político e cultural - utilizo como referências fundamentais estudiosos que apontaram a *emergência*⁴ da escola e de seus equipamentos, como um processo forjado nos oitocentos - o século da invenção da escola como a conhecemos hoje.⁵ Tal processo, que se afigura um modelo de intervenção na ordem social, pode ser descrito como um dispositivo inovador por separar a infância, agora transformada em aluno, daqueles que são seus círculos sociais - como a família - para recolhê-los em um espaço que contribui para legitimar as novas relações de ensino-aprendizagem; estabelecer um determinado número de horas e dias do ano, instaurando uma nova medida e emprego do tempo cotidiano, a partir da temporalidade escolar; principiar uma nova relação ordinária das programações a partir da autoridade de um ou mais professores, que são os novos profissionais autorizados a lidar com as questões educacionais e sob cuja responsabilidade fica a seleção e disseminação de saberes específicos, graduados numa regularidade em que se baseiam procedimentos minimamente elaborados. Nestes termos, descrever o aparelho escolar, ou esta maquinaria escolar, autoriza minha escrita a lançar interrogações acerca dos equipamentos e práticas privadas do aparelho educativo oitocentista, compreendendo-o como uma das forças inscritas no processo de criação da escola, enquanto instituição voltada para o governo das multidões.

Partindo destes pressupostos, os achados históricos dos arquivos nos possibilitaram compreender alguns dos inúmeros vestígios destas experiências de escolarização do século XIX. Desenvolvendo o exercício de leitura de fontes primárias do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, Ofícios, Atestados, Abaixo Assinados, Atas de Sessões do Conselho de Instrução Pública, localizados na série Instrução Pública - Setor de Documentação Escrita - foi possível encontrar, em versão impressa, o ***Regulamento de 17 de Fevereiro de 1854***, um esforço que se pretendia modernizador, destinado a instituir práticas gerais sobre o ensino primário e secundário na Corte Imperial. Práticas normativas e ordenadoras das ações pedagógicas das iniciativas pública e privada. Um empreendimento jurídico inovador, cujo destaque neste estudo se

⁴ Conceito foucaultiano que designa o ponto de surgimento no passado de um objeto histórico e que, ao mesmo tempo, impede que se coloque nesse passado, conceitos, idéias e entendimentos do presente.

⁵ Cf. estudos sobre a constituição e emergência da forma escolar moderna: VINCENT, LAHIRE, & THIN, (2001); FARIA FILHO, (2003); GONDRA, (2004); ALVAREZ-URIA & VARELA, (s/d).

justifica por estabelecer nos termos da lei, de forma inédita, uma prática de controle sobre a iniciativa privada. Assim, procurando perceber de que forma a iniciativa privada se inscreve neste novo aparato legal, desenvolvo uma investigação sobre o regulamento e seus dispositivos.

Neste trabalho, como tarefa metodológica, também elaboro uma investigação acerca daquela que foi a fonte principal que orientou esta investigação, questionando-a sobre sua materialidade, sobre aspectos e profissionais envolvidos na sua produção. O *Almanak Laemmert*, cuja publicação remete às décadas de 40, dos oitocentos, até 1920, é uma obra em que, a partir dos anúncios que faz circular, realiza uma espécie de radiografia, uma verdadeira exposição dos espaços públicos e privados da Corte Imperial (e Província do Rio de Janeiro). Desta forma, procuro levantar questionamentos acerca das redes de sociabilidades em que estava inscrito este livro e da regularidade e visibilidade que a “cultura de almanaque”⁶ adquire no século XIX, ao analisar a circulação de outros exemplares deste tipo de leitura. Procurando da mesma forma, salientar observações acerca do mercado editorial daquele tempo.

Encarar o “popular” Laemmert, exigiu fôlego e ânimo, visto que, muitas coisas surgiam como ricas informações, por mais que pudessem parecer pequenos detalhes. Assim, a partir de seus registros publicitários foi possível identificar e reunir informações diversas acerca das práticas educativas dos particulares, aulas avulsas, colégios de meninos e meninas, cursos preparatórios, professores, explicadores, valores. Vestígios da existência de uma extensa malha educativa, inscrita num processo em que a instrução adquire cada vez mais visibilidade. Assim, perseguir os **sinais deixados pela iniciativa privada do ensino** é um objetivo central em nosso trabalho, justificado pelo expressivo número de escolas que, neste tempo, aumentava a cada ano, com a mesma intensidade com que aumentavam o valor e a importância atribuídos à instrução.

Acerca desta reflexão, instaurada a partir de uma análise quantitativa, o historiador mineiro Faria Filho (2003), destaca a “fragilidade dos dados estatísticos”, que, ao elaborarem análises acerca da escolarização no Brasil oitocentista, se referem precariamente à instrução primária mantida pelo Estado, e deixam de lado “um significativo número de escolas sem nenhuma ligação com o mesmo”. Segundo ele, tais

⁶ PARK, Margareth Brandini. *Histórias de almanaques no Brasil*. Campinas, SP: Mercado de letras: Associação de Leitura do Brasil; São Paulo: Fapesp, 1999.

dados, não silenciados, dar-nos-iam mostras de que em várias províncias do Império existiam significativas redes de escolas privadas.

Na tentativa de recuperar, de alguma forma, indícios capazes de dar a ver a existência destes dados, verificamos, a partir dos anúncios do *Almanak Laemmert*, a expressão de alguns números, como o do crescimento de anúncios postos em circulação por este impresso - sendo apenas das duas primeiras décadas de publicação, ou seja, 40 e 50: em 1844, 60 anúncios estão editados no *Laemmert*, sendo colégios, aulas particulares, cursos preparatórios, professores particulares; na última edição da década de 50, em 1859, este número já havia triplicado, foram 210 anúncios. Mesmo em 1847, quarta edição, este número já era 130. Neste sentido, estabelecendo um cruzamento de fontes, é possível perceber de que forma estes números supracitados, recolhidos a partir das propagandas, se inscrevem socialmente diante da iniciativa privada, em toda a Província do Rio de Janeiro. Na década de trinta, como aponta os estudo de Lemos, 2006⁷, existiam na Corte Imperial 53 escolas particulares (instrução primária), enquanto Pires de Almeida⁸ aponta, nesta mesma época, um total de 180 escolas públicas (primária e secundária) em todo o território do Império. Destaca ainda que, em 1840, o número era de 61 estabelecimentos ou aulas da iniciativa particular do ensino, na Província do Rio de Janeiro, e de 85 escolas (primária e secundária) na década de 50, sendo apenas 33 o número de instituições públicas no mesmo período (primária e secundária). Números elevados na década de 1860 para 92 particulares e 46 públicas (primária) e 56 particulares (secundária).

Outras fontes utilizadas são pesquisas já realizadas sobre os temas abordados aqui nesta reflexão, localizadas na tarefa de revisar os estudos acerca das instituições particulares. Neste esforço, somada a possibilidade de perceber o que os historiadores da educação tem escrito a partir destes objetos, foi possível realizar um mapeamento, um balanço destas produções. Para isso, elegemos os seguintes espaços de produção: a *Sociedade Brasileira de História da Educação* (SBHE), uma entidade criada em 1999 com o objetivo de congregar profissionais brasileiros cujas atividades de pesquisa estejam relacionadas à área de historia da educação, é um destes; artigos publicados nos Anais dos Congressos Brasileiros de História da Educação (CBHE) - promovidos por esta instituição entre 2000, 2002, 2004 e 2006 (do primeiro ao último encontro),

⁷ Lemos, (2006).

⁸ ALMEIDA, José Ricardo Pires de. *Instrução Pública no Brasil (1500-1889). História e legislação*. Tradução: Antonio Chizzotti; ed. Crítica Maria do Carmo Guedes, 2º edição, ver. – São Paulo: EDUC, 2000.

também foram analisados artigos publicados por um periódico desta sociedade, a *Revista Brasileira de História da Educação* (SBHE); trabalhos publicados pela *Associação Sulriograndense de Pesquisadores de História da Educação* (ASPHE) - outro espaço semelhante de grande importância e visibilidade para produções neste campo de estudos - estão reunidos na *Revista de História da Educação*; por fim, procurei levantar a mesma análise com os artigos mais atuais publicados nos Anais das reuniões organizadas, anualmente, pela *Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação* (ANPEd)⁹, que ocorreram a partir de 2000, inobstante o fato de que tais encontros venham se realizando com regularidade desde 1976.

A partir deste inventário foi possível obter os seguintes dados:

ANPEd	Número de artigos GT 02	Artigos: instituições particulares	Artigos: instituições particulares Séc. XIX
23ºR.A - 2000	22	0	0
24ºR.A - 2001	12	1	1
25ºR.A - 2002	11	0	0
26ºR.A - 2003	12	0	0
27ºR.A - 2004	14	0	0
28ºR.A - 2005	20	0	0
29ºR.A - 2006	11	0	0

Na análise destas produções foi possível perceber a recorrência de estudos acerca de práticas e instituições educacionais da esfera pública, e uma expressiva

⁹ A ANPEd — Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação — é uma sociedade civil, sem fins lucrativos, fundada em 1976. Em 1979, a Associação consolidou-se como sociedade civil e independente, admitindo sócios institucionais (os Programas de Pós-Graduação em Educação) e sócios individuais (professores, pesquisadores e estudantes de pós-graduação em educação). A finalidade da Associação é a busca do desenvolvimento e da consolidação do ensino de pós-graduação e da pesquisa na área da Educação no Brasil. As atividades da ANPEd estruturam-se em dois campos. Os Programas de Pós-Graduação em Educação, *stricto sensu*, são representados no Fórum de Coordenadores dos Programas de Pós-Graduação em Educação — EDUFORUM. Os Grupos de Trabalho — GTs — congregam pesquisadores interessados em áreas de conhecimento especializado da educação. Para serem constituídos, os GTs precisam ter funcionado durante 2 anos no formato de Grupos de Estudo, com aprovação prévia da Assembléia Geral.

ausência dos estudos e pesquisas relacionados à iniciativa particular. O artigo em destaque na tabela apresentada refere-se à pesquisa de Mauricéia Ananias, da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), em São Paulo, cujo título é: *O ensino em Campinas na segunda metade do século dezanove: a Escola Corrêa de Mello*. Neste estudo, a pesquisadora realiza uma investigação acerca de uma experiência educativa e das relações sociais estabelecidas com a comunidade em que se localiza o colégio particular Corrêa de Mello, em São Paulo.

No exercício de investigar estas produções realizei o mesmo trabalho com Anais do CBHE¹⁰, onde foi possível encontrar os seguintes números:

Ano	Total de Artigos	Estudos sistematizados sobre iniciativa privada	Estudos sistematizados sobre iniciativa privada Séc. XIX
2000	231	0	0
2002	428	1	0
2004	418	3	2
2006	494	2	2

São números que viabilizam perceber o significativo crescimento na participação de alguns pesquisadores da história educacional os encontros organizados pela SBHE. Como demonstra a segunda linha da tabela, houve uma quase duplicação da quantidade de comunicações em 2002, sendo fácil identificar, da mesma forma, que as instituições particulares não foram alvo de grande interesse nas duas primeiras edições do congresso, tendo uma pequena mudança, porém, nos encontros realizados na cidade de

¹⁰ O I CBHE ocorreu entre 6 e 9 de novembro de 2000 na Universidade Federal do Rio de Janeiro (RJ), tendo por tema central Educação no Brasil: história e historiografia. Dois anos mais tarde, o II CBHE foi realizado, dessa feita em Natal (RN), entre 3 e 6 de novembro. O tema geral do evento foi História e Memória da Educação Brasileira. Em 2004, foi a vez da região Sul acolher o III CBHE, na cidade de Curitiba (PR) entre 7 e 10 de novembro, intitulado A Educação Escolar em Perspectiva Histórica. O IV CBHE ocorreu entre 5 e 8 de novembro de 2006, na cidade de Goiânia (GO), tendo por tema central Os sujeitos da educação na História.

Curitiba, no ano de 2004, em que pouco mais de 1% dos trabalhos apresentados foram recortados pelas reflexões sobre iniciativa privada na educação oitocentista.

O único artigo indicado no ano de 2002 intitula-se: *Os professores secundários no Brasil entre o ensino público e o particular: uma análise do movimento de organização da categoria em São Paulo e no Rio de Janeiro (1945-1964)*, de autoria da pesquisadora doutora da Universidade de São Paulo (USP), Paula Perin Vicentini. Pelo próprio título é possível identificar que, neste estudo, Vicentini realiza uma análise comparativa entre a iniciativa pública e particular no século XX, procurando compreender o “processo de organização profissional do magistério Secundário, tendo como referência os casos de São Paulo e do Rio de Janeiro – o antigo Distrito Federal – transformado em 1960 no Estado da Guanabara”.

Quanto aos estudos da 3ª edição do CBHE, destacados na tabela acima, todos têm um recorte cronológico no século XIX. No primeiro, intitulado *Processo de institucionalização da instrução elementar e a regulamentação das aulas/escolas particulares em Minas Gerais, no século XIX*, a autora, Flávia Contijo de Sousa – pesquisadora da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), realiza uma investigação acerca dos procedimentos jurídicos de regulamentação da iniciativa particular no ensino elementar entre os anos de 1822 e 1889, abordando, também, algumas tensões entre esta e a instância pública. Outro estudo, cuja autoria pertence ao doutorando Paulo Edyr Bueno de Camargo, da Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul (UEMS), tem o objetivo de analisar o “intrincado campo educacional paulista nos anos de 1920 e 1930” a partir da trajetória de um intelectual que fora diretor de uma instituição educacional da esfera particular (Instituto Dona Anna Rosa – criado em 1874). Como expresso no título deste trabalho, *A influencia da iniciativa particular na organização oficial do ensino escolar paulista no período da primeira República: uma análise do estatuto e regimento interno do Instituto Dona Anna Rosa (1875)*, a tarefa de relacionar a trajetória deste intelectual, João Augusto de Toledo, com as instâncias pública e particular se deve ao fato de que sua atividade profissional também estava inscrita em alguns órgãos do poder público do campo educacional, como a diretoria da instrução pública. Por isso, pretendendo devolver à História seus sujeitos, demonstra de que maneira as ações destas distintas iniciativas sofriam influências em determinado momento. O artigo do pesquisador Antonio Carlos Ferreira Pinheiro, da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), intitulado *A instrução pública e particular na Província da*

Parahyba do Norte (1840 a 1860), investe sua análise no processo de organização da instrução pública e do papel controlador do poder provincial paraibano nas décadas de 40, 50 e 60 dos oitocentos.

Em novembro de 2006, quando que se realizou mais uma edição do Congresso Brasileiro de História da Educação, dois trabalhos, cujas reflexões estão voltadas para capturar informações acerca das práticas privadas de escolarização no Brasil, são destacados na tabela. Um dos trabalhos, cuja autoria pertence a Anaete Regina Schelbauer, da Universidade Estadual do Maranhão (UEM), é publicado nos Anais do IV CBHE com o título: *Manifestações das ações de particulares e de professores de primeiras letras em prol da escolarização em São Paulo no final do século XIX*. Nesta pesquisa é possível observar uma análise que procura compreender a “ação de particulares” - professores, intelectuais, proprietários de estabelecimentos privados de ensino, comerciantes - em prol da escolarização em São Paulo, inscrevendo-se, desta forma, “no âmbito das pesquisas que primam por investigar a difusão da escolarização elementar e as suas manifestações locais em consonância com o movimento de propagação da escola primária que ocorre em vários países”. O segundo trabalho, de minha autoria, procura lançar alguns apontamentos acerca das informações reunidas para esta investigação, naquele momento em fase inicial, a partir de uma fonte eleita como principal por ter nos seus registros de propaganda um recorrente discurso que tomava a educação, as aulas particulares, os colégios e sociedades da iniciativa privada como objeto, a saber: o *Almanak Laemmert*. Neste sentido, o envio deste artigo para publicação pelo CBHE pretendeu fazer circular alguns dados iniciais acerca das distintas práticas educativas da Corte e Província do Rio de Janeiro que já havia conseguido reunir. O referido texto intitula-se: *Práticas educativas e publicidade: a iniciativa privada no Almanak Laemmert (1844/1859)*.

No levantamento realizado a partir das 16 publicações da *Revista História da Educação* (ASPHE), não foi possível localizar nenhum estudo cujo objeto se identificasse com a investigação aqui desenvolvida, como demonstram os dados da seguinte tabela:

ASPHE	Número de Revistas	Artigos: instituições particulares	Artigos: instituições particulares Séc. XIX
	16	0	0

Com uma média de 8 a 10 artigos por edição, nestes 16 números analisados nos deparamos com cerca de 100 artigos, entre os quais destaco *Falando em Atores*, de Marcos Corbellini (UNILASALLE), em que realiza uma pesquisa acerca de uma iniciativa particular de oferta de educação para filhos de artesãos e pobres, empreendida na França, a partir do século XVII, pela Sociedade das Escolas Cristãs, tendo João Batista de La Salle como fundador da obra. Este trabalho, inobstante o fato de investigar ações particulares nas práticas educativas, não se inscreveu neste quadro por recortar um espaço geográfico não compreendido neste estudo, ou seja, investiga uma instituição que não é brasileira.

Dando continuidade ao exercício, levantamos, da análise dos artigos da Revista Brasileira de História da Educação (SBHE), as seguintes informações:

RBHE	Número de Revistas	Artigos sobre instituições particulares	Artigos sobre instituições particulares Séc. XIX
	9	2	0

Os artigos referidos integram o Dossiê: *O público e o privado na educação brasileira*, na Edição Nº 5 de 2003 (Janeiro/Julho) da RBHE, cuja apresentação, de pouco mais de três páginas, coube à historiadora Libânia Nacif Xavier. Os quatro artigos desta edição não estão integralmente descritos na tabela acima porque um deles é um estudo em que se tem apropriada uma compreensão distinta daquele conceito de privado que é trabalhado nesta pesquisa. De autoria da historiadora Ana Maria B. de Mello Magaldi, *A quem cabe educar? Notas sobre as relações entre a esfera pública e a privada nos debates educacionais dos anos de 1920-1930*, ancora sua análise do privado sob a perspectiva de espaço doméstico, das relações culturais de âmbito privado e de suas relações com o espaço público, o formal e institucionalizado de ensino aprendizagem, ou seja, da relação escola (representando o poder público)-família (representando a esfera privada). O segundo artigo, deste dossiê, *A construção da escola pública no Rio de Janeiro Imperial*, por Tereza Fachada Levy Cardoso, não foi incluso nos dados descritos acima por ter, como referência de análise, exclusivamente o poder público, como demonstra o próprio título.

Os demais artigos são: *Oscilações do público e do privado na história da educação brasileira*, por Libânia Nacif Xavier, em que é realizada uma “interpretação acerca dos limites, da interação, dos conflitos estabelecidos entre o público e o privado ao longo do processo de institucionalização da educação no Brasil”, destacando que as fronteiras entre o público e o privado no país nem sempre exibiram a nitidez que hoje apresentam; *O público e o privado na educação brasileira: inovações e tendências a partir dos anos de 1980*, por Alice Maria Catalano de Bonamino, aborda a relação entre estas duas instâncias a partir das políticas contemporâneas de educação básica, tomando como referências a reforma do Estado brasileiro e os processos de descentralização e centralização da política educacional das décadas de 80 e 90 do século XX.

A partir destas informações, advindas do mapeamento das produções recentes em que se realizavam investigações acerca das práticas, profissionais, métodos ou qualquer ação vinculada à iniciativa privada na educação brasileira, é possível ressaltar a pequena quantidade de produções acerca das práticas privadas de escolarização no Brasil. O que demonstra que ainda está longe de se perceber a consolidação da pesquisa direcionada a este objeto na historiografia educacional. Ao mesmo tempo, nos motiva a realizar esta empreitada que torna possível advertir que ainda há muito a pesquisar sobre estes sujeitos, práticas e equipamentos, sobretudo no século XIX, conjuntura singular na qual se monta o novo aparelho de escolarização das massas e sob cujos dados estatísticos, frágeis ou não, é possível apontar para uma expressiva recorrência destas iniciativas desenvolvidas não a cargo do Estado, ou sob sua tutela, mas de particulares.

Assim, encarar esta tarefa significou, no limite, perceber estes muitos caminhos como parte do fazer história, necessários às reflexões sobre o presente. Como educadores, precisamos nos inquietar, da mesma forma, pelas coisas do presente e por como estas coisas chegaram a ser como são. Visto que os desdobramentos do passado correspondem às problemáticas do presente, o que não significa compreender com isso que as indagações que esta escrita produz, ao apropriar-se de um objeto do passado (que é marcado, porém, pela sua incontornável atualidade) busque-o a partir de sua fixação no presente para depois ir ao passado, à sua origem, a sua “pseudo gênese”¹¹, ao seu fundamento originário num dado tempo histórico. A verdade é que não o buscamos em sua essência ou o que é, mas como, e a partir de que relações chegou a ser o que é.

¹¹ VINCENT, LAHIRE, & THIN, (2001).

Se hoje percebemos como um problema as desiguais relações entre escolas públicas e escolas particulares, entre seu público, entre seus níveis de qualidade, instalação, precisamos indagar sobre o processo que constituiu este problema na nossa sociedade. Este modo especial e rico de pôr em relevo o sentido das coisas que se passam conosco é um tipo de reflexão apoiada na perspectiva ontológica do presente, inscrita nas teorizações foucaultianas acerca da escrita da história, e que tem destaque central na obra deste autor.

Segundo o historiador Antônio Nóvoa, este exercício, esta capacidade de sentir os desafios do tempo presente, e inscrevê-los no seu passado correspondente, é “o mínimo que se exige de um educador”¹².

¹² In: CAMBI, Franco. *Historia da Pedagogia*; Tradução Álvaro Lorencini - São Paulo, UNESP (FEU), 1999.

II – Almanak Laemmert e o mercado editorial no Rio de Janeiro (Século XIX)



Não será duvidoso o futuro do nosso Almanak, pois está provado que, quando cavalheiros devotados e patriotas reconhecem o valor de algum serviço que prestamos se apressão espontaneamente em fazer valer sua influencia da localidade onde residem.

(Almanak Laemmert, 1859)

Trata-se, no caso, de uma obra que, a partir dos anúncios que fazia circular, realizava uma espécie de radiografia dos espaços públicos e privados da Corte Imperial e Província do Rio de Janeiro: *Anuário Administrativo, Agrícola, Profissional, Mercantil e Industrial da Corte*. Ou, simplesmente, *Almanak Laemmert*, como ficou mais conhecida. Propriedade dos irmãos franceses Henrique e Eduardo Laemmert, o almanaque foi publicado, anualmente, a partir de 1844, com capa dura e contando mais de mil páginas cada exemplar. Por meio de seus anúncios, divulgava serviços profissionais (liberais e públicos) dos mais diversos ramos de atividade, periódicos publicados na Corte, instituições religiosas, sociedades de leitura, comércio, livrarias e tipografias, academias científicas, escolas, aulas avulsas e colégios (públicos, privados, militares, religiosos), hospitais, asilos, associações. Uma infinidade e variedade de temas, organizados por capítulos, destacados em um *Índice Alfabético*, com o qual a obra se inicia. Ao lado de árvores genealógicas das famílias reinantes, horários, tarifas e percursos de linhas de transporte marítimo, trens e diligências, este anuário fazia circular, com seus registros publicitários uma rede variadíssima de dados acerca de instituições e associações educativas (públicas e privadas) – espaço físico, planos de estudos, custo das pensões, currículo, público – e dos diversos profissionais do magistério – remuneração, espaços de formação, diferentes atividades desempenhadas. Desta forma, podem ser encontradas em suas páginas informações culturais, artísticas, educacionais, científicas, além de textos literários, humor, passatempos, jogos e, ao mesmo tempo, miríades de informações úteis àquele tempo, e que para nós constituem ricos vestígios daquele silencioso passado.

Neste caso, intenciono observar da referida obra, que é uma das fontes principais do meu projeto de pesquisa, sua configuração, suas formas, os sujeitos envolvidos em sua produção (intelectuais, mediadores culturais) e sua materialidade (*mise en livre*).

Mercado editorial, tipografias, leitores: a cultura impressa.

Entre o momento em que se estabelece a Imprensa Régia no Brasil (13/05/1808)¹³ até a configuração de um mercado editorial e uma “cultura impressa” como os vemos hoje, um longo percurso, complexo e cheio de nuances, marcou a história da edição, dos livros e leitores no país. Neste processo as transformações ocorridas no negócio do livro, mais especificamente falo da Corte Imperial e Província do Rio de Janeiro, estiveram sempre correlacionadas aos movimentos culturais, sociais e políticos vivenciados por aquela sociedade. Como apontam as pesquisas no campo¹⁴, o processo de produção, circulação, venda e disseminação destes materiais impressos (livros, manuais práticos, compêndios, jornais, folhetos de cordel, peças de teatro, trovas, almanaques, guias epistolares, revistas) cresceu de forma mais expressiva a partir da segunda metade do século XIX – identificadas como o momento de “popularização do livro” e de valorização desta “cultura impressa”.

Uma nova sensibilidade em lidar com o referido material e uma nova organização do seu mercado (baixos preços, diversificação de conteúdos, inovações técnicas, estratégias de divulgação, ambiente convidativo, inserção de gravuras, desenhos, fotografias, criação de coleções) tornaram-se elementos favoráveis ao acesso de um número maior e mais diversificado de pessoas a este objeto e seus usos. Deixando, gradativamente, de circular com frequência e aceitabilidade somente nos círculos sociais que integravam a elite econômica e cultural do país. Ou seja, à uma parcela cada vez mais significativa da população tornava-se possível ler a palavra impressa nestes papéis, observar as imagens que neles circulavam, adquirir suas próprias leituras, pagando preços baixos por elas, socializar e debater (na rua, em casa, nos cafés, nas livrarias, nas confrarias literárias, nas lojas) as idéias e informações de seu conteúdo. Neste caso, se nos primeiros momentos de recepção e circulação de livros no país, este material estava mais fortemente relacionado ao estudo, à erudição, ao trabalho intelectual, posteriormente, nota-se outras apropriações do texto impresso. Novas configurações estão presentes nos hábitos de leitura, nos espaços em que passam

¹³ Inicialmente esta instituição objetivava exclusivamente divulgar e produzir toda a legislação do serviço real. No entanto, pela falta de tipografias no país e pela demanda cultural e política o governo português deu a ela um uso mais difuso (textos literários e conhecimentos gerais), como aponta EL FAR, Alessandra (2006).

¹⁴ EL FAR, 2003; BELO, André, 2002; DAVIS, Natalie, 1990; GALVÃO, Ana Maria; BATISTA, Antonio Gomes, 2005; DUTRA, Eliana; Mollier, Jean-Yves, 2007; SCHAPOCHNIK, Nelson, 2005; ABREU, Márcia, 2000; CHARTIER, Roger, 1998; HALLEWELL, Laurence, 1974 ... Etc.

a circular estes escritos e no público que, de formas muito distintas, eles começam a alcançar.¹⁵

Como um dos elementos formadores deste fenômeno, é possível apontar o expressivo número de tipografias (grandes e pequenas), editoras, mercados ambulantes, sebos e livrarias que se espalharam pela cidade.¹⁶ Atraídos por esta demanda aceitabilidade e hábitos que começam a emergir em torno do material impresso muitos estrangeiros chegam ao país já no início do século XIX para contribuir com, e dinamizar ainda mais, este movimento. O desenvolvimento do espaço urbano da cidade do Rio de Janeiro – lugar que se tornou o ponto de partida do mercado editorial –, avanços como a elevação dos índices de alfabetização e a crescente importância atribuída à instrução, são mais algumas marcas deste número crescente de consumidores e produtores de livros e textos impressos nos Oitocentos.

Neste sentido, compreendo que o desenvolvimento editorial carioca, principalmente no que se refere aos últimos anos do século XIX, andou de forma muito próxima com as mudanças mais gerais ocorridas na sociedade, de cunho político, econômico e cultural. De modo mais imediato, a expansão populacional urbana, impulsionada por uma maior movimentação de escravos libertos e pelas correntes migratórias, com isso a intensificação do trabalho, temporário, assalariado, contrato ou fixo. Enfim a moeda corrente passava a fazer parte, aos poucos, da vida cotidiana de uma parcela cada vez mais significativa da população (EL FAR, 2003).

No que se refere aos espaços de maior intensificação deste fenômeno, podemos apontar a Corte Imperial. Mais especificamente a estreita Rua do Ouvidor, como observa CHAVES DE MELO (2007), num trabalho em que se refere aos movimentos políticos da década de 1880. De acordo com suas considerações, muito da possibilidade de divulgação de idéias e acontecimentos ocorridos no país foi efeito da centralidade da Corte durante o Império e que, neste caso, se a vida nacional se concentrava na Corte a vida desta se espremia na Ouvidor – pouco extensa, mal calçada mas que compreendia parte significativa da movimentação política, social, comercial e cultural de toda Província do Rio de Janeiro. Nesta rua, e em suas adjacências, estava presente grande concentração das atividades da imprensa, suas redações serviam de ponto de encontro para políticos, intelectuais, e jornalistas que, certamente, se misturavam com pequenos

¹⁵ EL FAR aponta também certos inconvenientes que acompanharam este processo: páginas 45.46 e 49

¹⁶ EL FAR, Alessandra, utilizando o *Almanak Laemmert* como fonte, aponta que, entre 1870e 1900, é possível encontrar um número de 121 firmas vinculadas ao comércio de livros.

ambulantes, engraxates, trabalhadores de mercados de papelarias ou armarinhos, operários de tipografias, vendedores de livrarias, escravos, negros, crianças, boêmios e mulheres. Enfim, este ambiente formava um grande e complexo espaço de sociabilidade carioca no século XIX, fato atestado pela valorização da rua. E aqui, a rua é um lugar alcançado por variados instrumentos de construção da opinião pública – jornais, rumores, revistas, livros, ilustrações, panfletos, opúsculos – e sujeitos (homens das letras, ágrafos, analfabetos) que nela circulavam.

Neste local, onde a Casa se punha para fora e nela, embora sem se misturar, se esbarrava com a ralé, onde o que nela acontecia ganhava visibilidade nacional, estavam as duas livrarias de maior prestígio do país: **Laemmert** e **Garnier**.¹⁷ Não obstante, nunca postas como concorrentes diretas. A *Garnier*, aberta em 1844, surge primeiramente como filial da loja de seus irmãos em Paris, depois como *B. L. Garnier* e somente então deu início aos trabalhos de edição, que já eram realizados pela Laemmert há alguns anos, como veremos. Como uma estratégia comercial, ela não lançava o primeiro livro de ninguém, limitou seus prelos àqueles que já contavam com certa reputação, dessa forma ela sedimentava um lugar singular no mercado editorial carioca (o das belas artes). Justamente por estes fatos, a atuação simultânea no mercado editorial de ambas não comprometeu o sucesso que cada uma alcançou. Visto que desde a instauração do processo de impressão no país, dificilmente dois ou mais editores alcançavam êxito ao mesmo tempo e disputando o mesmo público.¹⁸

Sigamos então os vestígios do impresso que realmente nos interessa...

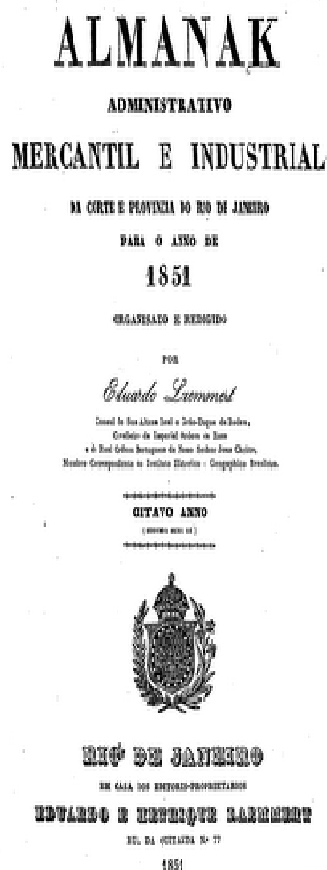
¹⁷ Salientamos aqui nesta análise estes dois nomes, porém, observo a existência de um número significativo de outros estabelecimentos que funcionavam naquele tempo, como, por exemplo: George Leuzinger (1813-1892) – Rua do Ouvidor, em 1832 e em 1852 adquiriu a Tipografia Francesa, fundada por Jean Soleil Saint Amand em 1837, atribui-se a ele a introdução dos cartões postais ilustrados no Brasil – e Jean Baptiste Lombaerts (1821-1875) – trabalhou no Brasil com impressores por encomenda, era litografia, encadernadora, trabalhavam como livreiros com jornais e revistas importados, Rua dos Ourives, 17, desde 1848.

¹⁸ Mesmo considerando estas especificidades, HALLEWELL afirma que a Laemmert foi a principal casa editora do Brasil entre o período em que Garnier morreu até a decisão de seus herdeiros de revitalizarem o seu comércio.

Almanak Laemmert: condições de produção, mediadores culturais, configurações materiais.

Ô menina vai ver nesse almanaque como é que isso tudo começou. Diz quem é que marcava o tic-tac e a ampulheta do tempo disparou (...) Me responde, por favor, Pra onde vai o meu amor, Quando o amor acaba. Quem penava no sol a vida inteira, como é que a moleira não rachou. Quem travava esse sol com a peneira e foi que a peneira esfuracou. (...) Diz quem foi que fez o primeiro teto que o projeto não desmoronou. Quem foi esse pedreiro, esse arquiteto, e o valente primeiro morador. Diz quem foi que inventou o analfabeto e ensinou o alfabeto ao professor (...) Quem é que sabe o signo do capeta, o ascendente de deus nosso senhor. Quem não fez a patente da espoleta explodir na gaveta do inventor (...) Vê se tem nesse almanaque, essa menina, como é que termina um grande amor. Se adianta tomar uma aspirina ou se bate na quina aquela dor. Se é chover o ano inteiro chuva fina ou se é como cair o elevador.

(Almanaque – Chico Buarque)



O anuário Laemmert foi publicado a partir de 1844, com capa dura e contando com mais de 2 mil páginas cada exemplar, embora inicialmente tenha circulado com cerca de 300 páginas somente. Por meio de seus anúncios, divulgava serviços profissionais (liberais e públicos) dos mais diversos ramos de atividade, periódicos publicados na Corte, instituições religiosas, sociedades de leitura, comércio, livrarias e tipografias, academias científicas, escolas, aulas avulsas e colégios (públicos, privados, militares, religiosos), hospitais, asilos, associações. Uma infinidade e variedade de temas.

Ao lado de árvores genealógicas das famílias reinantes, horários, tarifas e percursos de linhas de transporte marítimo, trens e diligências, este anuário fazia circular, com seus registros publicitários uma rede variadíssima de dados acerca de instituições e associações educativas (públicas e privadas) – espaço físico, planos de estudos, custo das pensões, currículo, público – e dos diversos profissionais do magistério – remuneração, espaços de formação, diferentes atividades desempenhadas. Desta forma, podem ser encontradas em suas páginas informações culturais, artísticas, educacionais, científicas, além de textos literários, humor, passatempos, jogos, origens metafísicas, culinária, religiosidade, natureza, sentimentos, educação, astrologia, propagandas, superstições, invenções, anedotas, são miríades de informações úteis àquele tempo que compõem o “livro dos livros”, um almanaque. O historiador Roger Chartier diria que, para determinados assuntos, existem livros de receita, de nomes, de jardins, mas, um almanaque é diferente. “Ele tem de tudo”.¹⁹ Acrescenta o historiador Nelson Schapochnik²⁰:

Os almanaques têm um papel muito importante de você buscar dados para entender a história do livro e da difusão da cultura letrada. (...) Eu considero o almanaque uma fonte preciosa para se fazer este mapeamento. É daí que vem a história de se falar em cultura de almanaque.

A exemplo dos trabalhos apontados acima Brandini Park, no livro *História e leituras de almanaques no Brasil*, lança questões acerca do que é um almanaque, quem são seus leitores, por onde circulam. Apesar de recortar neste estudo apenas alguns exemplares de almanaques de farmácia publicados entre o final do século XIX e XX, a

¹⁹ CHARTIER, Roger. Prefácio In: *Histórias e leituras de almanaques no Brasil*. PARK, Margareth B. (1999)

²⁰ SCHAPOCHNIK, Nelson. I Colóquio Internacional de História do Livro e da Leitura no Ceará. Entrevista realizada pelo *Jornal O Povo*. Fortaleza – CE. Edição 30 de Maio, 2004.

partir de suas reflexões é possível compreender a riqueza peculiar desta fonte para historiografia. Segundo ela, almanaques trazem “principalmente a marca dos tempos”, e reúnem características bastante singulares, capazes de instaurar um tipo de cultura, a “cultura de almanaque” que permite agrupar os mais variados modelos.

Desde suas formas mais simples, como pequeno calendário ilustrado a impressos de mais de mil páginas, almanaques traçavam conteúdos de interesses distintos que se inscreviam nos rituais cotidianos de seus leitores, associados, anunciantes e editores. De São Paulo, na América, a Braga, na Europa, almanaques, almanachs ou almanaks circulam desde o século XVI, aponta Le Goff, (1992).²¹ Menos como manuais que como literatura. Sendo o século XIX, o momento em que este impresso ganha maior visibilidade, expande seu mercado.

Alguns, entre os mais de quatrocentos exemplares da Biblioteca Nacional²², dão-nos mostra deste fenômeno:

Almanak Popular do Rio de Janeiro e Imperial cidade de Nictheroy (1878)

L'action Populaire-annuaire-almanach (Paris)

Almanach do Pessoal Docente e Administrativo do Collégio Pedro II

Almanak Indispensável (1881)

Almanach Blengini (Turim)

Almanach Bertrand (Lisboa)

Almanaque do Ensino (s/d)

Almanaque de La Ilustracion (Madri)

Almanak Bibliográphico (1889)

Almanach Familiar para Portugal e Brazil (Braga)

Almanak do Amigo dos Surdos Mudos (1888/1889)

Almanak Histórico de Lembranças Brasileiras (1862/1868)

Números que, certamente, evidenciam popularidade, regularidade e visibilidade que este tipo de impresso alcança no século XIX. Um tempo em que imprensa e editoras desempenharam ações significativas na construção e legitimação do projeto de escolarização do social, com uma estratégia de organização minuciosa do consenso

²¹ O primeiro exemplar surgiu na Europa em 1455. Le Goff (1992)

²² Número que representa apenas uma estimativa aproximada a partir da pesquisa realizada a partir do acesso virtual disponibilizado pela Fundação Biblioteca Nacional. Cf. www.bn.br.

social em torno de uma constelação de valores culturais inscritos nos significados da palavra *instruir*, atribuídos pela imprensa em seus discursos. Das causas que combatiam ao conteúdo que julgavam apropriado aos homens daquela época, almanaques “assumem, como alguns de seus precursores europeus, a tarefa de educação sanitária e moral(...) Fazendo uma aliança original entre publicidade comercial, normas familiares e projeto de higienização”, como aponta Chartier.

Seguindo ainda nas reflexões deste mesmo pensador, observamos que, opondo-se a uma idéia de “abstração dos textos” ele aponta que: autores não produzem livros e sim textos! Ou seja, estes sujeitos tomam parte na criação do livro, mas contam com a colaboração, interferência e experiência de impressos, tipógrafos, editores, **profissionais que passam a ocupar espaços de atuação cada vez mais especializados e valorizados**, tomando, portanto, decisões sobre tipos de letras, introdução de figuras, notas explicativas, etc... Para este autor, há inúmeras mãos que intervêm nas **formas materiais** assumidas pelo texto convertido em livro e cada uma das decisões tomadas atua sobre a leitura que dele se fará. Neste sentido, há dois processos relevantes: *mise en texte* (comandos lingüísticos e estéticos inscritos no texto por um autor a fim de produzir certa leitura) e o *mise en livre* (formas tipográficas, estrutura física – condições de produção – que é pensada por editores a partir do tipo de leitura e público que se pretende ter). (CHARTIER, 2007)

Partindo deste pressuposto, nos interessa interrogar acerca do *mise en livre* deste impresso que circula no século XIX e que, apesar de todas as dificuldades salientadas que estavam inscritas neste mercado, permanece por longos 80 anos em circulação na sociedade. Sim, porque embora houvesse grande número de livrarias naquele tempo foram poucas as que conseguiram criar bases sólidas. A maioria delas chegavam aos cinco anos de funcionamento. Apenas oito existiram por cerca de trinta anos. Os negócios do livro demoravam algum tempo para conseguir certa estabilidade e reconhecimento, principalmente no que se refere às editores. Em algumas edições os redatores salientavam o “acolhimento favorável” da obra, já contando seus 30 anos de circulação:

Vangloriamo-nos todavia de haver sahido victoriosos de
de tamanho combate, e desta victoria nos é

testemunho o acolhimento favorável com que o Público tem distinguido

Então, no mínimo nos deixa curiosos a trajetória deste empreendimento, destes profissionais e os bastidores da produção desta obra. Assim, aqui nos interessa localizar certos vestígios materiais que possam nos dar a ver, que possam nos apontar as justificativas de suas condições de sua longa permanência de atuação na sociedade imperial e republicana. Os indícios, buscaremos nas mudanças observadas, nas novas configurações que foi assumindo. Como diz Brandini Park: um almanaque muda para permanecer! Desta forma, selecionamos as edições de cada decênio (1844,54,64,74,84), observando-as comparativamente, destacando as alterações percebidas, como estratégias de atualização, superação, acertos, ampliação, reorganização. Ao mesmo tempo, não perdendo de vista que esta investigação é operada a partir dos limites de se pesquisar na própria obra aquilo que ela evidencia de si mesma.

Em 1827 esta história inicia.

Os irmãos Henrich e Eduard eram filhos de F. W. Laemmert, um clérigo protestante de Rosenberg no grão-ducado de Baden. Educados pelo pai em casa, “nas línguas antigas” e instruídos para os negócios do comércio até os 14 anos, foram enviados para capital, Karlsruhe, para um aprendizado no comércio dos livros. Para isso, estudaram durante cinco anos o ofício com um impressor e livreiro chamado Gotitieb Braun (professor de Eduardo) e outro chamado Marx (professor de Henrique). Eduardo, ao terminar seus trabalhos, viajou para Paris, onde conseguiu um emprego com Martin Bossange, (cuja tradicional e reconhecida firma tinha sido fundada em 1785). Quando em 1827, Bossange decide fundar uma filial de seu comércio no Brasil, numa sociedade com J. P. Aillaud (outro editor francês de renome, autor de livros escolares e outros escritos), onde seus representantes seriam Eduardo Laemmert e um português chamado Souza, respectivamente.

Chegando ao Brasil, Souza e Laemmert instalaram-se na Rua Gonçalves Dias, 88, com o nome de *Souza Laemmert*: “obras francesas modernas de filosofia, administração, artes, ciências, poesias”. Em 1833, este comércio acaba, segundo HALLEWELL, 1974 por que expirou o contrato. Eduardo decide permanecer no país. As razões? Muitas podem ser possíveis, como o liberalismo do regime Imperial, a liberdade de atuação deste mercado, ausência de censura, sua visão atenta e experiente,

carregada das vivências anteriores na França, que talvez o tenha ajudado a visualizar uma oportunidade de crescimento e expansão deste ramo do comércio, ou, foram suas relações que começavam a se estreitar com uma certa dama, filha de um deputado, com quem se casou. Logo depois iniciou seu próprio negócio na Rua da Quitanda, 77: *Livraria Universal*. Neste momento, Henrique somaria 3 anos de trabalho e aprendizagem com o afamado J. G. Cotta, na cidade de Stuttgart. Com sua vinda para o Brasil por ocasião do aniversário de Eduardo, eles começam a trabalhar juntos, e em 1838 é oficializado o comércio em sociedade: *E & H Laemmert – Mercadores de livros e música*. Para HALLEWELL, 1974 uma “peculiar combinação”, porque com personalidades muito distintas, eles conseguiram combinar faro literário e viabilidade comercial. Eduardo²³, enérgico, ousado, artístico, fonte de visão da firma, Henrique, cauteloso, metódico, contador, reservado.

No final da década de 1830 começaram a organizar mudanças nos negócios. Em 1837, Eduardo decidiu implantar um setor gráfico, encomendando impressoras na Alemanha e outra no Brasil. Logo depois, volta a Paris para permanecer três meses estudando e conhecendo a arte da tipografia, nas principais impressoras da cidade. No ano seguinte, em 1837, inauguram mais um empreendimento além da já estabelecida livraria: a *Tipografia Universal*.²⁴ Trata-se de um empreendimento que marcaria a editora Laemmert como precursora de edições de livros neste tempo, sendo inclusive pioneiros na literatura infantil.²⁵

A primeira publicação foi a *Folhinha*, em 1839, um impresso literário de periodicidade anual, **redigida por Eduardo e que recebia muito de seus próprios escritos**.²⁶ Com esta publicação eles alcançaram gradativamente projeção em todo país.

²³ Expõe, nos textos que apresentam a obra em cada ano de publicação, um rede de sociabilidades peculiar a época: Cavalheiro da Imperial Ordem da Rosa; Membro correspondente do IHGB; Cônsul da Alteza Real Grão Duque de Baden. Analisado no decorrer dos anos o livro possibilita identificar que os títulos aumentam e são acumulados ao mesmo tempo em que o *Almanak Laemmert* aumenta o número de impressões, preços e páginas.

²⁴ HALLEWELL, 1974: O próprio Imperador visitou oficialmente a tipografia dos irmãos franceses em 1862. Além deste fato que destaca o referido sucesso, este autor destaca a aceitação que os próprios empregados anunciavam, no momento em que os tipógrafos se organizaram em greve por conta das más condições de trabalhos nestes ambientes, especialmente nas oficinas de jornais. Eles discursaram no terceiro número de *O Typógrapho*: “Essa officina é por sem dúvida a que se acha hoje em melhores proporções no Rio de Janeiro”.

²⁵ Embora o *Almanak* tenha sido o carro chefe da editora, outros livros contribuíram para o êxito da editora: *Dicionário de medicina doméstica*; *Sucintos conselhos às jovens mães para o tratamento racional de seus filhos* (ambas edições de bolso cuja autoria pertence a Theodore Langgaard – Médico dinamarquês); *As viagens de Gulliver*; *Contos seletos das mil e uma noites*; *Aventuras pasmosas do celeberrimo Barão de Munchausen*, entre outros.

²⁶ Expõe, nos textos que apresentam a obra em cada ano de publicação, uma rede de sociabilidades peculiar a época, vinculada a este sujeito: Cavalheiro da Imperial Ordem da Rosa; Membro

Outras de suas publicações foram relacionadas a guias de bolso. Cinco anos mais tarde lançam o Almanak, que entra num mercado como concorrente de outros impressos do mesmo tipo que já circulavam na Província do Rio de Janeiro e Corte Imperial (em todo país, na verdade). Uns destes, são:

Almanak Geral do Império do Brasil – Publicado por Sebastião Fábregas Surigué, 1838, Rio de Janeiro, Tipografia Commercial Fluminense, com 396 páginas, Rua dos Ourives n.45.

Almanaque na Corte do Rio de Janeiro (Ou Almanaque da Corte do Brasil)– Publicado a partir de 1810, saiu em 1816 e 1817. Por Alexandre José Curado de Figueiredo e Albuquerque. O editor diz no prefácio que seguiu a ordem do Almanaque da Corte de Lisboa. (SILVA, 2007). Como este almanaque não era publicado todos os anos, importava-se o almanaque de Lisboa.

Almanach do Rio de Janeiro (1816 a 1827)

Almanak Imperial do Comércio das Corporações Civis e Militares do Império do Brasil – publicado por Pedro Plancher Seignot, com 347 páginas. Rio de Janeiro, 1828.

Pouco tempo depois de suas edições, o *Almanak Laemmert*, superou todos os demais impressos do mesmo gênero em exemplares.²⁷ Acrescenta HALLEWELL: “sobretudo por ser mais completo”. E, em 1842, contando com 12 funcionários, com uma produção de cerca de 1.000 folhas por dia, e com uma oficina anexa de encadernação com 50 empregados, a sociedade entre os proprietários da Tipografia cresceu por entrar o cunhado dos irmãos, Carlos Guilherme Haring para gerenciá-la (e, ao mesmo tempo, gerenciar o Almanak de 1857 até 1871, quando Haring morreu). Neste momento, vivenciando a experiência de grande especialização do trabalho, um fenômeno ainda incipiente, a Tipografia Laemmert, já no ano de 1869 contava com um número de 124 empregados. Estas mãos ocupavam diferentes espaços de atuação dentro

correspondente do IHGB; Cônsul da Alteza Real Grão Duque de Baden. Analisado no decorrer dos anos o livro possibilita identificar que os títulos aumentam e são acumulados ao mesmo tempo em que o *Almanak Laemmert* aumenta o número de impressões, preços e páginas.

²⁷ Tiragens: comum em relação às tiragens de impressos nesta época era mil exemplares, porém, dependendo de suas condições de publicação, da fama do escritor, da importância no contexto social, cultural e escolar, demanda ou propaganda, poderiam chegar a quatro ou cinco mil exemplares.

do comércio editorial dos irmãos franceses: 5 deles faziam leituras das provas, 42 composição, 10 cuidavam da operação das máquinas de impressão, 52 de encadernação, 5 estereotipia e clichéria, 4 exercendo funções mais gerais no almoxarifado. Estes são os profissionais que passam a ocupar espaços de atuação cada vez mais especializados e valorizados.

E como observa Ângela de Castro Gomes, 1996, estes espaços de trabalho também formaram redes de sociabilidades. Os funcionários citados em homenagem numa das edições do Laemmert, possivelmente ocuparam espaços de convivência, troca, diálogo ou intimidade que excederam as relações profissionais mais estreitas e podem ter alcançado o mínimo que seja de afetividade. Como observaria Sirineli, 2003, são microclimas, montados em cima de instâncias como afinidades difusas (espaços e interesses por conviver), sensibilidades (ideológicas, culturais) e sociabilidades em si (relações próximas). Seguindo estes pressupostos, compreendemos que a produção, a circulação e os usos do Almanak Laemmert forjaram, legitimaram, construíram e tornaram evidentes variadas redes de sociabilidades. Grupos políticos, círculos culturais e ambientes sociais estabeleciam relações a partir destes impressos, como demonstram estudos de Menezes, (2006).²⁸ Este historiador, ao desenvolver pesquisas acerca da trajetória dos integrantes de um determinado grupo sócio-político, que se formou ao longo da segunda metade do século XIX, na província de São Paulo, identifica como uma das redes de socialização do mesmo o *Almanaque Literário de São Paulo (ALSP)*. Ao mesmo tempo, podemos pensar em outras pontas destas sociabilidades que foram estabelecidas.

Assim, com informações, assuntos e temas “bem cabidos num almanak”, e que eram julgados, organizados e redigidos por seu editor, o Laemmert anunciava que recebe “cooperação das repartições públicas, pessoas particulares (...) que se prestaram a fornecer-lhes as informações mais necessárias e dados interessantes”. Ou seja, a interação entre público/ leitor/ consumidor e editor/ produtor é marcada e salientada na maioria dos textos de apresentação do anuário (Prólogo, Para quem ler, Advertência). Para eles, estas pessoas tornavam-se “credores do íntimo reconhecimento da redação”. Esta relação entre público e produtores é também salientada nos estudos de Park, 1999, como mais uma das peculiaridades que define a cultura de almanaque no Brasil,

²⁸ MENEZES, Roni Cleber Dias de. *O grupo do Almanaque Literário de São Paulo: paradigmas da sociabilidade republicana nos tempos da propaganda (1876-1885)*. Dissertação de Mestrado. São Paulo, USP: 2006.

tornando-se fonte interessante para análises acerca da construção e receptividade deste tipo de publicação na sociedade, bem como acerca das relações estabelecidas entre instância pública e privada e seu círculo de leitores.

Outros detalhes que constituem os bastidores da produção deste anuário, também são vestígios desta história de décadas (1840 a 1889) que nos interessa. No que se refere aos espaços físicos da oficina tipográfica, os irmãos mantinham uma grande área estrategicamente para que fosse possível ter o monopólio da publicação do seu almanak, assegurando publicação no tempo desejado, com possibilidade de revisão até os últimos momentos. Porque, apesar de seu conteúdo manter-se o mesmo em sua maior parte, muitas correções, alterações e inclusões eram feitas. Até o fim do seu funcionamento, em 1909, a Laemmert tinha produzido um total de 1.440 trabalhos de autores brasileiros e mais de cerca de 400 traduções em inglês, francês, alemão, italiano (entre seus tradutores, estavam o poeta Olavo Bilac, o professor do Colégio Pedro II, Carlos Jansen Muller).

Na década de 1870, uma mudança significativa ocorre nos negócios da família: Eduardo desligava-se de suas atividades comerciais, deixando a livraria sob administração do seu irmão Henrique, que em 1881 convidaria para sócio **Egon Wadmann Laemmert**, **Artur Sauer** e **Gustavo Massow** (estes dois últimos seus genros). Em 1884 morre Henrique e a falência da livraria, onde esteve à frente por mais de 50 anos, ocorre poucos anos mais tarde, em 1909. Mas sua morte não foi algo determinante em relação ao sucesso da editora, haja vista que seu trabalho mais importante continuou sendo publicado, superando sucessos anteriores de venda, circulação e formato. A editora continuou sendo gerenciada pelos sócios acima citados, que deram continuidade a linha editorial proposta por Eduardo (o fundador). Nos últimos anos do século XIX, a empresa abriu novas filiais nas províncias de São Paulo e Recife e continuavam alcançando bastante receptividade e grande circulação por conta das vendas e trabalhos editoriais. Na mesma época destas inaugurações foi reconstruído um antigo prédio da Laemmert, na Rua do Ouvidor, segundo EL FAR, 2003 “um edifício moderno de três andares”. A tipografia em 1910 passa a ser propriedade de Manuel José da Silva, editor de uma publicação semelhante ao Almanak: o *Anuário Geral de Portugal*. E o *Almanak Laemmert* passa a receber novo título: *Anuário do Brasil*. Depois de muitos anos e muitas administrações, em 1925 é adquirida por membros do Jockey Club do Rio de

Janeiro, e recebeu o nome de *Almanack Laemmert Limitada*.²⁹ O fim, em 1943, se deveu a um incêndio nos espaços da tipografia. Depois deste incidente, a firma continuou como *Gráfica Laemmert*, publicando livros até 1970.

Protetores da empresa

No capítulo “Suplementos” é possível localizar vestígios acerca daqueles que são os “protetores desta empresa”, ou seja, seus assinantes. O próprio Almanak faz circular as redes de sociabilidades tecidas com a produção e circulação e da obra, detalhando nomes, endereços, atividades profissionais e até títulos de nobreza ou pertencimentos a ordens regiliosas e políticas dos assinantes do periódico. Com isso, os Laemmert procuram criar em torno desta prática certo grau de publicidade e um tipo “sentimento aristocrático”, tornando a obra, cada vez mais, uma expressão da “clivagem entre elementos constitutivos da sociedade imperial”.³⁰

Nestes registros também estão as marcas da visibilidade crescente que vinha adquirindo o Almanak Laemmert no decorrer dos anos de publicação. Entre a primeira lista de assinantes do anuário, em 1845, e o ano último de análise nesta pesquisa, 1859, registramos um crescimento de quase 300% do número dos nomes relatados.³¹ Uma contabilidade que certamente se tornaria ainda mais significativa, haja vista que, como relatam estes registros do “Suplementos”, além destes nomes que são destacados nesta listagem outros nomes já estão citados no corpo do Almanak por serem, além de assinantes, comerciantes e profissionais liberais que também divulgam seus serviços e

²⁹ Cf. site Fundação Biblioteca Nacional outros títulos que o anuário recebeu: 1-Almanak administrativo, mercantil, e industrial do Rio de Janeiro (1844-1848); 2-Almanak administrativo, mercantil e industrial da Corte e Província do Rio de Janeiro (1849-1863); 3-Almanak da Corte e Província do Rio de Janeiro (1864); 4-Almanak administrativo, mercantil e industrial da Corte e Província do Rio de Janeiro (1865-1871); 5-Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte e da Capital da Província do Rio de Janeiro com os Municípios de Campos e de Santos (1872); 6-Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte e da Capital da Província do Rio de Janeiro inclusive alguns municípios da província, e a cidade de Santos (1873-1874); 7- Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte e Província do Rio de Janeiro inclusive a cidade de Santos, da Província de São Paulo (1875-1881); 8- Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte e província do Rio de Janeiro e do município de Santos, na província de S. Paulo (1882); 9-Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Império do Brasil (1883-1889); 10-Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro (1890-1893); 11-Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro e Indicador (1894-1907); 12- Anuario Administrativo, Agrícola, Profissional, Mercantil e Industrial dos Estados Unidos do Brazil e Indicador (1908-1912); 13-Anuario Administrativo, Agrícola, Profissional, Mercantil e Industrial da Republica dos Estados Unidos do Brazil (1913-1915).

³⁰ Mattos, (1994).

³¹ O primeiro ano registra 137 assinantes, em 1859 já ultrapassariam um número de 380.

produtos nos anúncios do Laemmert, dentre eles, professores, barbeiros, advogados, religiosos, médicos que anunciam seus empreendimentos, os serviços que prestam.³²

Os registros publicitários

No processo de investigação destaquei um tipo de registro discursivo encarado aqui como fonte de escrita histórica. Num discurso em que se constrói a propaganda, em que se “vende” uma imagem, percebemos aquilo que as próprias instituições percebiam de si mesmas e do sentido de escolarização. As propagandas informam-nos bastante sobre os signos construídos por seus autores e que forneciam especificidades às distintas práticas de escolarização.

Nesta linha, um anúncio possibilita identificar o modo, a maneira pela qual o objeto pretende ser percebido. É no discurso que há o controle da imagem mais adequada, do ângulo de avaliação mais favorável. São como os “óculos” do poeta José P. Paes, que “Só fingem que põem o mundo ao alcance dos olhos míopes”. Fingem! Pois, na verdade, “não vejo as coisas como são”, mas “como eles querem que as veja”. Um fato que também é inscrito nos objetivos da investigação, ou seja, o uso desta fonte nos fornece indícios que possibilitam reconstruir a imagem que algumas instituições educativas constroem, fabricam, acerca deste modelo de ensino que circula nos oitocentos, ao priorizar na escrita certas preocupações, como a estrutura física ou um “lugar mais salubre”, mobiliário, tabela de estudos, oferta de certos saberes e certos profissionais “premiados”, “dignos e hábeis”.

Somada a esta configuração que atribui especificidade aos registros investigados, podemos acrescentar o elemento custo como marca de definição da análise aqui empreendida. A partir da variedade dos anúncios do Laemmert, recortamos um número cada vez mais determinado de experiências educativas que serão investigadas, o que causa, conseqüentemente, certo silenciamento das demais práticas não relatadas em detalhes mais precisos.

No que se refere a estas questões, os próprios editores do anuário é que evidenciam a relação entre o custo, diversidade de formas e tamanho dos anúncios, configurando a seguinte estrutura: 15\$000 (quinze mil réis) pelo anúncio de uma página

³² Há também algumas repartições Públicas, como câmaras municipais. O que pode ser percebido como reconhecimento também do poder público a uma obra que se propunha ser “de imprescindível necessidade geral”, e de “utilidade quotidiana”, e ao mesmo tempo, uma aproximação do conteúdo que faz circular com a política imperial. Como se pode perceber na edição de 1859, na qual o editor, ao salienta que o poder público “poderia encaminhar maior número dos almanacks às repartições públicas”.

inteira, 8\$000 por meia página, um quarto desta por 4\$000, ou ainda \$320 por cada linha no *Almanak Laemmert*. Neste sentido, os anúncios de menor valor e, conseqüentemente, de menor tamanho, por se apresentar sinteticamente, com poucas informações limitam a obter uma investigação mais completa, como observamos acima. Ao contrário, anúncios mais extensos, com mais riqueza de detalhes nos favorecem esmiuçar com maior precisão os dados para analisar este aparelho escolar da iniciativa privada, em suas manifestações materiais, visto que, estes anúncios nos “falam” acerca da organização da instituição, distribuição e hierarquia de valores, público a que se propõe atender, saberes, profissionais.

Neste exercício de caracterização da fonte, portanto, é possível marcar estas observações como características que desenham certa seletividade do público leitor, assinante e anunciante do *Almanak Laemmert*. O elemento custo é uma característica que, somada a localidade em que a obra circula, a Corte Imperial - um espaço que representava naquele momento o “fulcro da civilização”,³³ evidencia mais claramente esta compreensão.³⁴

Almanak Laemmert: mise em livre

Na tentativa de indagar acerca da materialidade deste anuário, realizo uma investigação que procura deixar registrado algumas observações sobre as formas que assumiu suas publicações entre 1844 e 1889, ou seja, no decorrer do século XIX. Como se organizou seu conteúdo, como estavam distribuídas as informações, quais as alterações que modificaram sua apresentação ao público. O objetivo é perceber um pouco mais da história deste impresso, das demandas por mudanças que o público e o comércio editorial naquele tempo solicitaram.

No ano de **1844**, primeira edição do anuário Laemmert, ele surgia como um “magro voluminho de 288 páginas em formato acanhado”. Circulava na Corte e Rio de Janeiro e era vendido no estabelecimento dos seus próprios comerciantes, que neste momento era ainda a Rua da Quitanda número 77. Em suas primeiras folhas registravam-se a capa, os Sinaes do porto do Rio de Janeiro, seguido da intervenção escrita de seus proprietários, intitulada **“Advertência”**. Nela registrando que “a

³³ Mattos, (1994).

³⁴ Além destes apontamentos é possível encontrar, no interior deste jogo publicitário, equipamentos que tornam visíveis os distintos lugares sociais de onde falam seus anunciantes e objetos anunciados. O *Almanak Laemmert* expõe uma complexa rede de sociabilidade (Ordens, condecorações honoríficas, títulos nobres, protetorado imperial), que, associadas aos textos publicitários, contribuem para legitimar certas visibilidades.

comodidade do publico carecia de uma obra de tamanho proveito”. Ou seja, um discurso de duas páginas que intenciona legitimar a produção e circulação de mais um impresso desta espécie, salientando suas especificidades em relação aos demais. Seguindo nesta estrutura, e assemelhando-se aos demais almanaques que existiam na época, o Laemmert indica as autoridades, a organização administrativa, jurídica, política, social e cultural, descrevendo como primeiras informações úteis: reis ou imperadores de cada país, o corpo diplomático e consular estrangeiro – residente na Corte (por países), a “Augustíssima Casa Imperial do Brasil” – detalhada entre a página 39 à 65, empregados do Paço Imperial, Ministério do Império, Presidentes das províncias, Professores e funcionários da Faculdade de Medicina, Arquivo público do Império, Academia Imperial de Bellas Artes, Biblioteca Nacional, Colégio Pedro II (Funcionários, professores, recursos, tabelas de estudos, funcionamento), Correio Geral da Corte, Escolas Públicas de Primeiras Letras, Jardim Botânico, Passeio Público, Museu Nacional, Ministério da Justiça, Tribunal de Justiça, Juizados, Polícia, Casa de Correção, Corpo Municipal Permanente da Corte, Guarda Nacional, Secretaria dos Negócios Eclesiásticos, Ministério da Marinha. Logo após estas informações, são disponibilizados os anúncios publicitários do comércio, amplo e geral. Ao final indica o “Índice alfabético”, entre as páginas 282 à 288.

A partir da segunda década de publicação (**1854**) as alterações, no que se refere a seu conteúdo, são mínimas. Porém, são percebidas logo no início: altera-se a indicação da organização e redação do impresso, antes registrada como responsabilidade de ambos os irmãos, passa agora a ser assinada somente por Eduardo Laemmert. Contando com um total de mais de 930 páginas, o anuário de 1854 altera-se de forma mais significativa em relação a sua estrutura. São identificadas novas preocupações em tornar mais acessíveis as informações, mais detalhadas e mais bem organizadas e distribuídas. O investimento da redação fica da seguinte maneira: suas partes são definidas como **Almanak** (592 páginas) – anúncios, informações úteis, calendário e dados semelhantes acerca da administração Imperial³⁵ que constavam na edição de 1844 – incluindo uma

³⁵ Calendário, Ordens, insígnias e medalhas do Império (descrição das medalhas, formato e cores, a história e data de suas concessões), Ordens estrangeiras da Augustíssima Família Imperial (suas explicações), Casa imperial (23 à 54): família (filhos, tios, sobrinhos, netos....) Corte Imperial “Grandes do Império” (Marqueses, viscondes, barões, Necrológico das casas titulares: Ex.: Barão de Itamaraty, com 2 páginas), Ministros do Estado, Bispos e Arcebispos, Representação Nacional (Senadores – Por Províncias/ Câmara dos Deputados), Ministérios do Negocio do Império, Faculdade de Medicina/ Lazareto de Jurujuba/ Junta de Higiene/ Arquivo Público/ Museu Nacional/ Correios (informações muito mais detalhadas)/ Colégio Pedro II/ Aula do Comércio/ Professores Públicos/ Escolas Públicas (por freguesia)/ Inspeção Geral da Obras Públicas/ Jardim Botânico/ Ministério dos Negócios da Justiça e

seção identificada como **Províncias** (231 páginas) – onde constam informações mais específicas acerca de cada província – e, por fim, um outro acréscimo intitulado **Suplemento** (158 páginas) – com a sugestão de livros “interessantes”, com valores de condecorações honoríficas de ordens, como a Ordem da Rosa, nominatas de oficiais da Corte, nobreza titulada, Decretos e Leis, lista dos assinantes do Almanak, dados estatísticos, censo. No texto de “Advertência”, assinado pela redação, eles garantem que empenharam todos os esforços em redigir este que é o “filho predileto de nossas empresas literárias”, e é “hoje visto com admiração e citado com elogio”. Complementam informando que, ao acrescentar um índice alfabético mais organizado ao final do volume traduz sua intenção de levar “ao maior grão de perfeição” esta obra. Observam, ao mesmo tempo, que “os milhares de exemplares deste Almanak” circulam neste ano com certo atraso (a partir de 31 de janeiro), visto que o costume é que saia nos meses de dezembro. Podemos perceber que este interessante espaço, pouco trabalhado aqui por conta dos limites desta escrita, existe para produzir certa relação de proximidade, de diálogo entre o público e os fazedores deste impresso, partilhando dificuldades, observando detalhes e salientando pontos de vista. Nesta edição, surge algo que nos salta aos olhos, num comentário que segue após o título de **“Observação”**, a redação indica que “com o fim único de cobrirmos as despesas da imprensa e do papel é que estabelecemos a seguinte módica retribuição”. Ou seja, estabelecem aqui uma cobrança pelos anúncios registrados no Laemmert, antes não identificado (o que não significa que estamos afirmando que não se cobrava pelos anúncios), configurando a seguinte estrutura: 15\$000 (quinze mil réis) pelo anúncio de uma página inteira, 8\$000 por meia página, um quarto desta por 4\$000, ou ainda \$320 réis por cada linha.

Em **1864**, as alterações surgem inicialmente a partir da capa, onde registra-se que, tendo sido fundado por Eduardo Von Laemmert (seguindo com a identificação de todos os seus pertencimentos, como “Cônsul de sua Alteza Real o Grão Duque de Baden”), o Almanak Laemmert é redigido atualmente por Carlos Guilherme Haring (presidente da Imperial Associação Tipográfica Fluminense). Com um novo acréscimo no número de páginas, esta edição já soma um total de 1.442, sendo: Almanak 712, Província 400, Suplemento 256 e, a novidade, intitulada **“Notabilidades”** com 74 páginas (anexo com distribuição gratuita na compra do Almanak, com descrição de

Eclesiásticos/ Tribunal do Comércio/ Ministério da Justiça/ Casa de Correção/ Negócios Eclesiásticos/ Ministério da Fazenda / Ministério da Marinha / Ministério dos Estrangeiros/ Ministério da Guerra / Municipalidade / Sociedades Institutos.

profissões comerciais e industriais “notáveis” do Rio de Janeiro). Outra inovação em relação à estrutura organizacional da obra é a inclusão de um segundo índice, sem a indicação de cada página correlata aos assuntos, mas que salienta resumidamente os temas tratados no anuário (“**Índice Geral Resumido**”). Seguindo, os editores apresentam, ou anunciam, uma estratégia comercial não usada antes: as “obras necessárias a todos os cidadãos” que estão à venda na livraria Universal. São estas: *Manual do edificante, do proprietário e do inquilino* (comentários sobre a obra e preço: brochado 5\$500 e encadernado 6\$000); *Novíssima guia para eleitores e votantes* (de Josino do Nascimento Silva. B: 2\$000 E: 2\$500); anunciando redução de preço: *L'Oyapoc et L'Amazon* (de Joaquim Caetano da Silva, de 12 mil por cinco mil réis); *Manual do Cidadão Brasileiro - 12 volumes* (B: 16\$000 E: 20\$000); *Manual abreviado do cidadão* (constituição política, código criminal, código do processo por 10\$000) e *Regimento das custas judiciárias* (por B: 1\$000 E: 1\$300). Posteriormente, uma página é dedicada a imagem de José Bonifácio de Andrada e Silva, identificado como o “patriarca da independência do Brasil”.

Na década seguinte, em **1874**, o Almanak Laemmert anuncia o aumento no valor de sua assinatura, custando “o modicíssimo preço de dois mil réis” até 1845, e em 1846 dois mil e quinhentos Réis, passa a custar o preço de 6 mil Réis. Trata-se de aumento justificado segundo os redatores, pelo número de páginas acrescidas ao longo das publicações, o que concorreu para tornar a obra mais completa de informações, observam. Neste mesmo decênio de publicação, outras alterações podem ser observadas. O endereço do estabelecimento é transferido para afamada Rua do Ouvidor, o que certamente possibilitou uma maior visibilidade para seus negócios, dada a importância desta região da Corte. Da mesma forma, a circulação deste impresso é ampliada: antes Corte e Província do Rio de Janeiro, agora a cidade de Santos, na província de São Paulo. Distribuído num total de 1.867 páginas (sendo: 944 páginas de almanak, 304 da seção províncias, 308 suplemento – onde na página 253, lista-se os assinantes da obra –, 58 notabilidades e 152 páginas de uma nova seção, intitulada **Guia**). Na capa do anuário, num prefácio intitulado “**A quem ler**” (assinado pela redação), os editores observam que:

(...) não concluiremos estas linhas sem o público reconhecimento aos estimáveis empregados da nossa casa, os Srs. José Antonio dos Santos Cardozo e Francisco Luiz da Silva Brum que em nossa cansada e valentudinária idade, por sua

inteligente e assídua coadjuvação muito cooperaram para a publicação e o aperfeiçoamento deste volume.

Em relação às informações constantes em seu conteúdo, poucas alterações são observadas, apenas inclusões. Nas páginas iniciais, dedicadas ao Calendário, pode-se acompanhar agora as datas de gala, feriados, dias de audiências públicas organizados por meses, em cada página um mês. Portanto, o calendário ocupa agora as doze páginas iniciais do Laemmert.

Em **1884**, o Almanak Administrativo, conta com um total de 2.554 páginas, distribuídas a partir de uma nova configuração em suas seções: 2.094 páginas do Almanak, o **Indicador** (publicação separada do Almanak, em Março de cada ano, contém a lista alfabética dos habitantes, dados estatísticos da Corte e Niterói, os acréscimos e alterações do anuário), com 428 páginas — e um **Catálogo**, 32 páginas (com as obras editadas e/ou vendidas pela editora e tipografia). Nova disposição, organização e formato e também uma nova pessoa ocupando a função de editor. O próprio anuário esclarece: “Fundado por Eduardo. Reformada e novamente organizada por Arthur Sauer”, que é quem assina o prólogo. Sauer era genro de Eduardo, diretor da Companhia Typográfica do Brazil, e, em 1891 torna-se sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Posterior a 1900, torna-se, além de editor, proprietário do Almanak Laemmert (em 1902, seu 59^a ano, o livro circula com 1.772 páginas, e sua sede está situada na Rua dos Inválidos número 93). Nessa fase, em que se comemora cinco décadas de publicação (1884), a obra está dividida em cinco partes (identificadas pelo índice): I: Calendário e informações úteis, II: Casa Imperial e nobreza Brasileira, III: Administração do Império, IV: Comércio, indústrias e profissões e, por fim, V: Notabilidades. A partir deste último decênio no dezenove, os redatores do Laemmert fazem modificações em uma de suas seções. Antes, anexa ao conteúdo do anuário, o capítulo Províncias passa a circular como uma publicação separada, também anual, saindo ao público no mês de abril, intitulada: Almanak das Províncias. Seu conteúdo registra nota geográfica, divisão administrativa, eclesiástica e jurídica de cada província, autoridades, instituições, negociantes etc...

Com estes dados é possível perceber as maneiras pelas quais os responsáveis pela produção e circulação do Almanak Laemmert procuraram se adaptar às novas configurações sociais, políticas e econômicas vivenciadas pela sociedade oitocentista. E porque não ousar dizer as suas demandas, as suas exigências. Como dissemos no início,

o anuário dos irmãos franceses, inscrito na “cultura de almanaque”, peculiar no século XIX, mudou diversas vezes para permanecer por muito tempo.

III – Educação Particular

Na Lei

O Estado regula o ensino privado: a Reforma de 1854

No Rio de Janeiro do final do século XIX, advogados, médicos, professores e políticos discutiam sobre a necessidade de educar as crianças no Parlamento, na imprensa, nas Conferências públicas e nas Sociedades de Proteção e Propagação da Instrução pelas classes populares. No âmbito do Ministério do Império, os debates e projetos de reforma da Instrução Pública foram constantes e a importância da instrução popular foi insistentemente reafirmada – não sem resistências, percalços e contradições.

A Instrução Pública e particular na Corte Imperial foi organizada e regulamentada em meados do século XIX, após aprovação de lei que autorizava o Ministério do Império a reformar o ensino primário e secundário. A questão da educação, colocada em pauta pelos “saquaremas”, como demonstrou MATTOS, (1990) relacionava-se às discussões mais amplas de formação da nacionalidade, com claro objetivo de estabelecer identificações, integrando o Povo (cidadãos ativos) e a plebe (cidadãos inativos; “povo mais ou menos miúdo”) ao Estado, ao mesmo tempo em que revalidava e estabelecia hierarquias e distinções. Com a crescente institucionalização dos poderes públicos neste tempo, a problemática da “formação do povo” estava definitivamente colocada no centro das preocupações do Estado. E relacionava-se à busca de alternativas para solucionar o problema da constituição de uma mão-de-obra, moralizada e independente, no momento em que o fim do tráfico anunciava os limites futuros de reprodução da escravidão (MATTOS, 1990).

Ainda em 1854, através do Regulamento da Instrução Primária e Secundária no Município da Corte, o público alvo do ensino primário e secundário foi delimitado. O acesso às escolas criadas pelo Ministério do Império era franqueado à população livre e vacinada, não portadora de moléstias contagiosas. Os cativos eram expressamente

proibidos de matricularem-se nas escolas públicas.³⁶ O “povo” a ser instruído não representava, de fato, qualquer povo. Constituía o conjunto dos homens livres e sadios, compreendendo ainda aqueles que, por serem livres e pobres, vivenciavam relações de dependência para com as classes senhoriais e o Estado, simbolizado, em última instância, pela figura do Imperador. Excluindo os escravos, a legislação da Instrução Pública estabelecia e ratificava a distinção fundamental da sociedade imperial: a que marcava a subordinação dos escravos aos homens livres (MARTINEZ, 1997).

Entendemos que, nesse período, emergiram vários projetos que visavam inserir a população livre e pobre nos limites de uma educação formal, oferecida por escolas e instituições públicas e particulares (LIMEIRA, 2007). Em alguns casos, em função das profundas mudanças sociais e políticas, comumente identificadas como o “processo de transição da escravidão para o trabalho livre”, a instrução dos libertos e dos escravos também foi preconizada, bem como a extensão do ensino aos imigrantes residentes na Corte (MARTINEZ, 1997).

Um ano após a regulamentação da instrução, a Corte possuía 26 escolas públicas primárias (17 para meninos e 9 para meninas). O número de estabelecimentos particulares era o dobro das escolas públicas. Em um total de 97 escolas e colégios, 51 atendiam aos meninos e 46 às meninas. Os alunos matriculados nesses estabelecimentos superavam, em valores absolutos, aqueles registrados nas escolas públicas: 2.864 meninos e 1.626 meninas.³⁷ No período de 1855 a 1865 – anos de consolidação e apogeu do Estado Imperial e, paralelamente da construção da Instrução Pública na Corte – o Ministério do Império criou 16 escolas primárias. Entre estes números, foram consideradas as escolas criadas por particulares e que eram subvencionadas pelo governo com intuito de fornecerem instrução às crianças pobres.

Neste sentido, por considerar a importância atribuída à iniciativa particular de ensino na sociedade oitocentista, inscrita no movimento de afirmação e de expansão do

³⁶ Na Província do Rio de Janeiro, por lei de 1835, os “pretos africanos livres ou libertos” também eram impedidos de obter instrução nas escolas do governo (MATTOS, p. 261). Para a Corte, não encontramos a proibição legal aos libertos e africanos livres, porém, é significativo que, em 1878, o Ministro do Império Leôncio de Carvalho, ao criar cursos noturnos de adultos, tenha expressado literalmente que a matrícula seria franqueada aos libertos, sinal de que talvez esta entrada fosse impossibilitada ou dificultada até então (MARTINEZ, 1997).

³⁷ *Relatório do Ministério do Império, 1855 Apud MOACYR, Opus cit.* Vol 1. Ilmar R. de Mattos ressaltou que a liberdade de ensino concedida aos particulares foi responsável pelo desenvolvimento dos estabelecimentos privados. O Estado dividiu o ônus da constituição da instrução pública, mantendo não o monopólio da construção de abertura das escolas, mas o monopólio da direção e fiscalização da instrução. Ver, MATTOS, *Opus cit.* pp.274-276.

processo de escolarização, interrogamos os dispositivos instaurados pelo Decreto nº 1331A que estabelece o *Regulamento da Instrução Primária e Secundária do Município da Corte*, em 17 de Fevereiro de 1854. Tal instrumento oficial é percebido como uma ruptura que se apresenta – inédita em sua forma – diante da aparelhagem privada da educação no século XIX, até então não contemplada de forma sistemática nos termos da lei.

O protagonista deste projeto reformador, Luis Pedreira do Couto Ferraz³⁸ – Ministro dos Negócios do Império, homem do governo, “bacharel, monarquista, conservador³⁹” –, seguindo direção de grupos políticos conservadores, estabeleceu, a partir dos dispositivos voltados para organização da instrução primária e secundária, o alcance regulamentador da Reforma de 1854 aos colégios, profissionais, práticas e estabelecimentos particulares de ensino. Este Regulamento, aprovado e posto em execução na Corte, traduz uma vontade de governar para além da sede monárquica, mas visava produzir efeitos em todo Estado Imperial. Um modelo de governabilidade que representa uma conexão com a *cultura da reforma*⁴⁰ e a intenção de alterar e montar um ordenamento jurídico-político vigente no campo educacional e, ainda, instaurar uma política mais centralizadora.⁴² Medidas e iniciativas que correspondem ao tempo em que a tarefa de modernizar o próprio Estado Imperial estava inscrita nos assuntos relativos à escolarização.

Para o sucesso deste empreendimento político, o aparelho escolar precisava se submeter à “minúcia dos regulamentos”, ao “olhar esmiuçante das inspeções”.⁴³ Neste sentido, é possível identificar que a representação de ensino como força civilizatória

³⁸ Luiz Pedreira do Couto Ferraz recebeu o título de Barão em 1867 e o de Visconde do Bom Retiro, em 1872. Nasceu na Corte, em 1818. Bacharelou-se pela Faculdade de Direito de São Paulo, em 1838, onde posteriormente foi nomeado catedrático. No ano de 1848, governou o Espírito Santo. Governou a Província do Rio de Janeiro até 1853 e organizou a legislação do ensino primário e secundário a nível provincial. Como Ministro do Império, 1853-1855, regulamentou o ensino público e particular na Corte, seguindo as diretrizes do “laboratório fluminense”. Em 1866 foi senador pela província de Natal e, em 1871, subiu ao Conselho de Estado, tornando-se amigo pessoal do Imperador. Presidiu o IHGB. O bibliógrafo considerou o dirigente saquarema como um dos responsáveis pela “elevação intelectual do país”. Cf. BLAKE, *Opus cit.* Fernando de Azevedo ressaltou que Couto Ferraz foi o grande “organizador” da educação pública imperial. De fato, a sua ação e seu pensamento educacional, manifesto na legislação que implementou, não deixavam de ser referências básicas durante todo o período monárquico, tendo representado fundamento primordial para as reformas de 1879 e de 1891, já na República.

³⁹ GONDRA, José & TAVARES, Pedro. *A instrução reformada: ações de Couto Ferraz nas Províncias do Espírito Santo, Rio de Janeiro e na Corte Imperial (1848/1854)*.

⁴¹ SACRAMENTO, Winston, GONDRA, José & GARCIA, Inára. (2000) *Rediscutindo a reforma Couto Ferraz*. I CBHE, RJ.

⁴² Recuperando, deste modo, a perspectiva de centralização na política educacional, o Regulamento Couto Ferraz, se contrapõem aos princípios descentralizadores do Ato Adicional de 1834, inclusive.

⁴³ FOUCAULT, Michel. (2004b)

neste Regulamento se edifica a partir das relações entre modelos de inspeção escolar, enquanto mecanismo de controle, conformação e garantia de aplicabilidade dos anseios de progresso a ser derramado pela nação. Exatamente por isso, o equipamento privado de ensino, cuja expansão significativa no dezenove era notada pelas autoridades, teve suas práticas, ações, profissionais, métodos e modelos de ensino, inscritos nos termos normatizadores desta regulamentação ao lado do sistema público de ensino.

A intervenção oficial e seus dispositivos.

Segundo Gondra & Tavares (2004), submeter o aparelho privado a um controle do Estado é um fato que se justifica ao levar em consideração que o projeto político oitocentista associa a busca por graus mais elevados de progresso, a uma rede de escolarização mais uniformizada, homogênea. Neste sentido, a Reforma Couto Ferraz expõe seus dispositivos de controle procurando fazer da escola um eficiente mecanismo capacitado para articular poderes que circulam na sociedade aos equipamentos que a legitima (práticas, saberes).

Num esforço de síntese é possível identificar medidas em que se encontram previstos seus mecanismos. Nos termos que o compõem, o Regulamento de 54 estabelece, entre outras normas: a) critérios de abertura e funcionamento do aparelho privado da educação; b) um órgão de controle e inspeção vinculado ao Ministério dos Negócios do Império, a Inspeção Geral da Instrução Primária e secundária, responsável pela vigilância e fiscalização do ensino público e particular, seus estabelecimentos, seus profissionais, seus materiais, etc; c) determinadas condições de ingresso e exercício para o magistério público e particular; d) normas disciplinares para professores e diretores de estabelecimentos de ensino; e) condições e o regime de funcionamento cotidiano a que as escolas de instrução pública, primária (a partir deste momento, dividida em dois graus de ensino) e secundária, estariam submetidas, especialmente no que se refere aos saberes, métodos de correção, tempos e horários escolares.

Procurando analisar acerca do alcance que pretende ter estes dispositivos supracitados – aqui dizemos que “pretende” para não dizer que “tem”, visto que, como aponta Foucault⁴⁴, “todo dispositivo legislativo organizou espaços protegidos e

⁴⁴ FOUCAULT, Michel. (2006) Entrevistas realizadas por Roger-Pol Droit. Trad. Vera Portocarrero e Gilda G. Carneiro. São Paulo: Graal. Fragmento citado no artigo de NEVES, Dimas S. (2006). *Sujeitos da educação no Império: o caso de negros e índios nas reformas da Instrução Pública em 1854*. IV CBHE, Goiás.

aproveitáveis, em que a lei pode ser violada, ignorada, outros, enfim, em que as infrações são sancionadas” – percebemos que estão compreendidos os diversos espaços, práticas, sujeitos e equipamentos inscritos na cultura escolar oitocentista.

Na primeira parte do regulamento, organizada por três títulos e onze capítulos, estão expostas normas de controle específicas para **instrução primária**, como segue:

TITULO 1 - DAS ESCOLAS PÚBLICAS.

Capítulo I – *Programma do ensino; condições das escolas.*

. Capítulo II – *Dos professores públicos, condições para o magistério.*

Capitulo III – *Dos exames para professor.*

Capítulo IV – *Nomeação, posse dos professores e seus efeitos.*

Capítulo V – *Penas a que ficam sujeitos os professores.*

Capítulo VI. – *Ordenado, jubilação e recompensas.*

Capitulo VII – *Regime das escolas; obrigações respectivas do professor.*

Capítulo VIII – *Dos professores adjuntos.*

Capítulo IX. – *Casas e utensis das escolas.*

Capítulo X. – *Inspecção e governo das escolas*

TITULO II – DAS ESCOLAS PARTICULARES.

Capítulo único

TITULO III – DISPOSIÇÕES GERAES E MEDIDAS TRANSITORIAS.

Capítulo único.

Nas questões relativas ao **ensino secundário**, a Reforma Couto Ferraz, estabelece, no primeiro dos sete capítulos, as regras de governo das escolas particulares, estendendo-as aos seus profissionais. Posteriormente, no Título Terceiro, outras questões são levantadas a respeito do funcionamento dos particulares:

<p>REGULAMENTO DA INSTRUÇÃO SECUNDÁRIA.</p> <p>TITULO I.</p> <p>Capítulo único. – Estabelecimentos particulares, seus directores e professores.</p> <p>TITULO II – INSTRUÇÃO PUBLICA SECUNDARIA.</p> <p>Capítulo I. – <i>Dos professores dos lycêos.</i></p> <p>Capítulo II. – <i>Do provimento das cadeiras.</i></p>	<p>Capítulo III – <i>Administração e regime dos lycêos.</i></p> <p>Capítulo IV – <i>Das matriculas.</i></p> <p>Capítulo V – <i>Ferías, exames e prêmios.</i></p> <p>Capítulo VI. – <i>Economia e policia dos alumnos.</i></p> <p>TITULO III. – DISPOSIÇÕES GERAES.</p>
------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Os dispositivos inscritos nesta estrutura são delineados a partir de alguns aspectos muito característicos. Ou seja, criam um *corpo de inspeção* – composto por Ministro, Inspetor, Delegado, Conselheiros – que se organiza a partir das atribuições da Inspeção Geral de Instrução Primária e Secundária da Corte (IGIPSC)⁴⁵: “nomear”, “autorizar”, “convocar”, “impedir”, “visitar”, “analisar”, “inspecionar”, “organizar”, “coordenar”. Todas, funções que dão a ver a maquinaria montada em torno das escolas e de seu funcionamento.

Instaurando tais medidas e normas, o regulamento de 1854 instaura, legitima, entre outros aspectos: a) quem são os *sujeitos governáveis*, ao definir a infância, ou idade, escolarizável; quais os saberes e o público autorizado, entre meninos e meninas, pobres e ricos, marcando com isso a distribuição social dos indivíduos; b) os *modos de*

⁴⁵ Uma nomenclatura que, por si mesma, anuncia os alvos distintos deste poder vigilante, ou seja, por não restringir na identificação deste órgão que se trata somente de espaços públicos, o Ministro do Império declara estar sob as normas da IGIPSC também a iniciativa dos particulares. Uma observação definida na própria descrição das competências dos membros de tal órgão, como no caso do inspetor geral, cuja função é “inspecionar todas as escolas, colégios, casas de educação e estabelecimentos de instrução primária e secundária, públicos e particulares”.

ensinar quando são padronizados procedimentos; c) as *figuras de autoridade*⁴⁶, cujo exercício fica subordinado a uma nova política de formação em que se mantém um modelo de virtude necessário à sua prática de professor habilitado; d) o *poder estendido* aos espaços de ação dos particulares, que pretende significar a tentativa de assegurar a realização do projeto político de modernização; e) os espaços físicos de educação e elementos que os definem como impróprios, salubres, autorizados, aceitos; f) uma temporalidade que é especificamente escolar, o que pressupõem a organização própria da escola; g) e, finalmente, a exemplo dos países ilustrados, a *escola imposta* pela norma de obrigatoriedade que se estabelece.

Com todos estes mecanismos em torno da instituição escolar, o século XIX tem sido considerado um momento significativo no qual a escola adquire um novo sentido político como instituição social, e uma nova inteligibilidade, ao se tornar objeto de uma regulamentação mais intensa e contínua a partir da força regulamentadora do Estado. Assim, como apontam as teorizações foucaultianas, esta vontade de regular traduz um jogo em que se põe em causa não mais uma *disciplina* que se exerce sobre o corpo do indivíduo, explorando a *arte das sensações insuportáveis*, mas, com a *tecnologia sábia* da *regulamentação* que se inscreve nas instituições, nas relações de poder, esta vontade de regular ergue-se sobre um duplo fundamento que é jurídico-econômico, por um lado, e técnico-disciplinar, por outro.

Autorizações de abertura:

Art. 99. Nenhuma escola particular poderá ser estabelecida debaixo de qualquer denominação que seja, sem autorização expressa do presidente da província.

Art. 109. Não se concederá licença para abrir escolas à pessoa que fôr accusada pela opinião pública de haver perpetrado algum dos crimes mencionados no Artigo 12⁴⁷, sem que apresente justificação em contrário.

⁴⁶ DREYFUS, Hubert & RABINOW, Paul. (1995).

⁴⁷ Art. 12. Só podem exercer o magistério público os cidadãos brasileiros maiores de 21 anos, de reconhecida morigeração, que não se acharem pronunciados e que não houverem soffrido pena de gales

Estes são critérios e exigências para “Qualquer pessoa que se propozer a abrir ou dirigir estabelecimento de instrução secundária”, ou seja, o requerimento de uma licença ao presidente da província é o procedimento oficial estabelecido a partir deste Decreto. Acrescentando que, os proponentes devem apresentar os seguintes documentos:

§ 1.º Certidão ou justificação de ser maior de 21 anos.

§ 2.º Folhas corridas nos logares onde houver residido nos três annos mais próximos até a data do requerimento.

§ 3.º Attestação do párocho e dos pães de família do logar onde estiver residindo.

§ 4.º O programma dos estudos e o projeto do regulamento interno do seu estabelecimento.

§ 5.º A localidade e situação da casa.

§ 6.º Os nomes e habilitações dos professores que contractou ou vae contractar.

O exercício do magistério particular.

A necessidade de organizar a instrução era considerada principal estratégia para construção do Estado Nacional e estabelecer ordem, progresso e civilização. Neste sentido, a formação, ingresso e exercício do profissional da educação ganha centralidade.⁴⁸ O Regulamento de 1854, como intervenção oficial que pretende expressar tais preocupações, instaura mecanismos diversos de recrutamento e controle

ou condenação por crime de estupro, rapto, adultério, roubo, furto ou algum outro que offenda a moral pública ou a religião do estado.

⁴⁸ Acerca de formação de professores na Corte Imperial e Escolas Normais Cf. NATSUMI, Marina (2005); Ingresso e profissionalização do magistério cf. GARCIA, Inára (2005); Educação feminina e produção intelectual de professores primários cf. SCHUELER, Alessandra & TEIXEIRA, Jôsele (2006), SCHUELER, Alessandra & SOUZA, Flávia (2007), PINHO, Polyanna & SOUZA, Flávia (2006), e SCHUELER, Alessandra. Projeto de pesquisa – NEPHE/UERJ: *Professores primários como intelectuais da cidade: experiências profissionais e grupos de sociabilidade na Corte imperial (1860-1890)*.

das práticas docente, que vão desde a seleção, por concursos, ao fim da carreira.⁴⁹ Estes dispositivos, lançados ao magistério público e particular, segundo SCHUELER, (2005), contribuem para instaurar representações acerca das funções destes mestres, em “seus lugares e papéis na sociedade, idealizando suas condutas morais e os traços ideais de sua personalidade, bem como delimitando as exigências em relação às suas capacidades técnicas e às suas habilidades profissionais.” Desta forma, estabelecendo certos critérios para o exercício docente dos particulares, a Reforma Couto Ferraz, cria diversas determinações, como aquelas acerca das faixas etárias para cada condição de exercício das funções⁵⁰ e dos privilégios e benefícios dados a estes profissionais pelo Poder Público.⁵¹

O artigo 100º do Regulamento do ensino primário manifesta condições impostas à tarefa de “ensinar particularmente”, observando que “maioridade de 21 anos, bom procedimento civil e moral, e capacidade profissional”, são os critérios necessários para ser “admittido” como professor particular. O mesmo artigo possibilita perceber também, quais são os meios pelos quais se consagra o processo, seus respectivos documentos e aqueles sujeitos que, socialmente, viabilizam tais atestações morais aos pretendes. Já os artigos seguintes detalham as mínimas demandas, possíveis sujeitos, espaços autorizados e marcas de gênero, que se inscrevem nos processos burocráticos instituídos pelo Regulamento em torno da atividade docente:

Art. 101. Regularão, para o procedimento civil, as folhas corridas na paróchia ou logares onde haja residido nos três

⁴⁹ Estes dispositivos acabam por gerar algumas tensões entre o modelo de formação pela prática (com as regulações do Professor Adjunto) e o modelo de formação profissional pelas Escolas Normais. A este respeito cf. NATSUMI, Marina (2005) e SCHUELER, Alessandra (2005).

⁵⁰ Nas normatizações referentes às faixas etárias muitas distinções aparecem no regulamento. Para lecionar instrução primária a maioridade é 21 anos, assim como para abrir ou dirigir estabelecimento particular de instrução primária ou secundária. Entretanto, para o exercício docente do ensino secundário a idade é reduzida aos 18, como observado no Artigo 2º. Ainda, outra idade é estabelecida como referência ao exercício docente: 25 anos para um filho assumir no lugar de seu pai a direção de uma instituição privada, caso o mesmo faleça. No AGCRJ alguns documentos foram localizados, como requerimentos e atestações de batismo, anexados a ofícios de processos referentes a pratica do magistério. “Art. 6.º No caso de fallecer algum director de estabelecimento, o presidente da província poderá dispensar da idade de 25 annos o filho ou herdeiro maior de 21, a fim de continuar a mantel-o e dirigi-lo, se não tiver contra si algum motivo de interdicção.”

⁵¹ O Artigo 114º do Regulamento da Instrução Primária estabelece que os professores particulares “Quando se avantajarem no ensino poderão ser nomeados professores públicos sem novo exame, precedendo informações do Conselho respectivo”.

anos mais próximos á data do requerimento; e para o procedimento moral, as atestações do parcho e dos pães de familia do mesmo logar ou logares da residência, revistas pelo Conselho Municipal.

Art. 108. As senhoras, além dos documentos de que trata o artigo 101, devem exhibir, se forem casadas, a certidão de casamento; se viúvas, a de óbito de seus maridos.

As práticas educativas: controle e fiscalização

Nos dispositivos do Regulamento de 1854 estão compreendidas as atividades cotidianas dos espaços escolares. Do controle da sexualidade a partir das questões de gênero a disseminação dos saberes e leituras autorizadas nas práticas educativas,⁵² a Reforma Couto Ferraz lança suas intervenções, cuja pretensão é estabelecer regras de funcionamento e organização das instituições privadas, tornando-as submissas ao olhar esmiuçante do Estado Imperial. Neste sentido, o Artigo 111º, cuja determinação é precisa e generalizante, traduz este plano. Nele, se observa que “As escolas particulares ficam sujeitas á inspecção dos Conselhos Municipaes e Inspectores Parochiaes. Os inspectores representarão ao inspector geral sobre **qualquer facto** que possa desconceituar o collégio ou o professor”.

Ao prosseguir nesta leitura, destacamos o artigo 112º com o seguinte apontamento:

Os professores particulares ficam obrigados a dar aos respectivos inspectores todas as informações e esclarecimentos que lhes forem exigidos acerca das mesmas escolas, e bem assim a enviar, no fim de cada trimestre, e annualmente, mappas do número de seus alumnos, e do gráo de aproveitamento que apresentam.

Estes mapas trimestrais são documentações que, de forma bastante freqüente, podem ser encontradas nos códices do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro.

⁵² Instrução Primária: Art. 110º: *E' prohibida a admissoão de alumnos de ambos os sexos na mesma escola.* Art. 113. *Os professores particulares podem usar nas suas escolas dos livros e compêndios que não forem expressamente prohibidos*

Cada estabelecimento organiza este tipo de prestação de contas. Impressos ou manuscritos, os mapas relatam muito mais do que há de exigência exposta no Artigo 112^o.⁵³

Os dispositivos que seguem nos dão a ver de que forma os próprios discursos produzem os desvios, as irregularidades como instrumentos de legitimação das medidas impostas que visam organizar a vida escolar. De acordo com um modelo disciplinar, segundo valores e princípios morais, regulado por autoridades e por normas jurídicas, confiado a certos profissionais, estes dispositivos tratam do cotidiano das escolas oitocentistas:

Art. 10. E' prohibido aos directores de estabelecimentos:

§ 1.º Receber em sua casa, a domicilio fixo, outras pessoas além dos mestres, discípulos e empregados regulares do estabelecimento. Art. 12. Os collegios de meninas só poderão ser regidos por senhoras maiores de 21 annos, as quaes, se forem casadas, deverão juntar ao requerimento e documentos exigidos no artigo 1.º, certidão do casamento, ou, se forem viúvas, a do óbito de seus maridos. As senhoras que não viverem na companhia dos maridos apresentarão cópia da sentença que decretou a separação. Art. 13. N'estes collegios não serão admittidos alumnos do sexo masculino, nem poderão morar pessoas do referido sexo maiores de 10 annos, excepto o marido da directora. Art. 14. Os directores de estabelecimentos, que forem situados em distancia menor de meio quarto de légua da matriz ou de alguma capella, são obrigados a levar á missa nos domingos e dias santos os seus alumnos, uma vez que não mandem celebrá-la em oratório do collégio. Art. 15. Os que não forem catholicos, deverão ter um professor da religião do estado, no caso de receberem alumnos d'esta communhão.

⁵³ A este respeito Cf. GUEDES, Jordânia. *Está Escrito! Um estudo dos mapas dos colégios particulares da Corte Imperial (1854/1869)*. IN.: Anais do XIII Encontro de História ANPUH – Rio. Rio de Janeiro, 2008.

Na Publicidade

Dos anúncios do anuário Laemmert a tarefa é extrair e reunir traços do funcionamento das instituições privadas no atendimento do ensino. No investimento, ancoramos nossa escrita na descrição deste aparelho escolar em suas especificidades, em sua materialidade. Neste sentido, interpelamos acerca do modo como o projeto de escolarização da iniciativa privada se organiza em termos materiais, vasculhando, assim, seus equipamentos, seus profissionais, seus valores, seu espaço físico, seus manuais, sua oferta de saberes. Deste modo, temos indicada uma estratégia de investigação que busca estabelecer uma pesquisa histórica da organização escolar, preocupada com o nível dos fazeres ordinários, comuns das escolas, ao mesmo tempo em que os articulam com determinados mecanismos de poder, corpos doutrinários, modelos normativos em circulação, de modo a criar condições para perceber como os mesmos marcam e modelam o dia-a-dia destas, que são algumas das instituições de ensino da iniciativa privada.

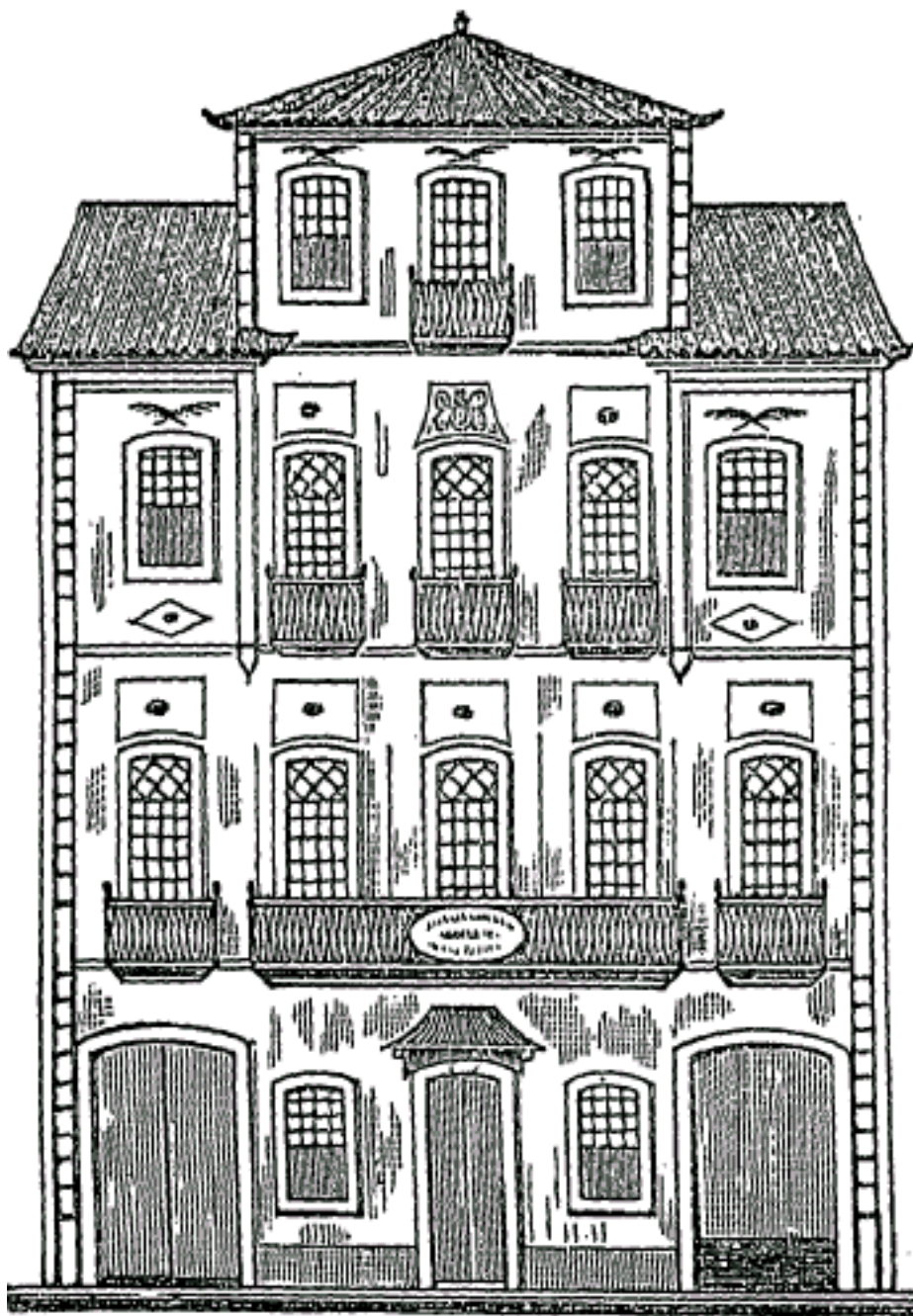
Espaço físico: educação, cuidados, preceitos higienistas.

*O espaço escolar educa. Não é um elemento neutro. Educa num e noutra sentido, segundo sua disposição, como tal espaço e segundo a disposição, nele mesmo, das pessoas e objetos.*⁵⁴

*Seria preciso fazer uma história dos espaços – que seria ao mesmo tempo uma história dos poderes – que estudasse desde as estratégias de geopolítica até as nossas pequenas táticas do habitat, da arquitetura institucional, da sala de aula. (...) É surpreendente ver como o problema dos espaços levou tanto tempo para aparecer como problema sócio-político.*⁵⁵

⁵⁴ Frago (s/d)

⁵⁵ Foucault, (2004b)



Localizada na Praça da Constituição número 8, a instituição acima representada, é o Colégio de Educação de Meninas. Esta gravura é fragmento do anúncio de 1851 m que é apresentado o desenho que pode ser a descrição do prédio onde são estabelecidas as aulas das alunas. Tomando quase uma página inteira, o edifício anunciado é a expressão de novos debates acerca dos espaços específicos para educação no século XIX. Neste e em outros anúncios deste tipo de estabelecimento comercial, o destaque às preocupações referentes a disposição, asseio e organização física dos espaços educativos tomam visibilidade na imprensa, e desperta na sociedade grande interesse.

Neste sentido, percebemos que as práticas educativas no “livro indispensável” e de “utilidade quotidiana” estão visivelmente marcadas por pressupostos das “artes de civilizar”⁵⁶ oitocentista, mormente no que se refere à estrutura física de atendimento nas instituições.

A oferta de educação em localizações “mais salubres” consiste no mais atual e forte atestado de qualidade daquele tempo. Sem dúvida, é a partir dos discursos médico-higienistas que circulam na Corte Imperial que este detalhe, no interior do registro de publicidade, recebe atenção e legitimidade. Um efeito da apropriação do objeto educacional pela ordem médica que intervém socialmente, prescrevendo medidas educativas com a pretensão de conformar socialmente o projeto de educar e civilizar, enquanto sinônimos. (GONDRA, 2004)

Estas mudanças que ocorriam nos debates educacionais no século XIX, acompanhando a tendência de higienistas, adquire, na publicidade da edição de 1857, o espaço privilegiado de primeira descrição acerca de uma instituição registrada no anúncio de página inteira. Neste, a Baroneza de Geslin, diretora do Colégio de Educação de Meninas, descreve como mais importante e preciosa informação o fato de o seu “Magnífico estabelecimento” estar localizado num dos mais “salubres lugares da cidade do Rio de Janeiro”.⁵⁷ Uma observação certamente incompleta, visto que em outro anúncio a diretora narra, de forma mais detalhada, que esta condição de salubridade estende-se aos espaços internos do colégio, desde suas “salas de banho” a “alimentação sã” que oferta:

A situação salubre e deliciosa do local, a extensão dos lugares de recreação, o extremo asseio dos dormitórios, guarnecidos de leitos de ferro, pertencentes ao estabelecimento, uma sala de *banho*, e uma alimentação sã e abundante, tudo concorre para assegurar às discipulas uma brilhante saúde.

⁵⁶ Gondra, (2004).

⁵⁷ Estabelecido na Rua do Príncipe do Catete N.25, na Corte Imperial.

Com este discurso o anúncio acima se assemelha a uma prescrição médica acerca da “higiênica escolha dos lugares”⁵⁸ em que deveriam ser estabelecidas as instituições de ensino e acerca das repartições internas de um colégio.

Estas questões têm significativo destaque também nos anúncios do *Colégio Episcopal São Pedro D’Alcântara* que, numa página inteira, define os traços mais elementares do seu edifício em 1859.⁵⁹ Caracterizado por sua “forma claustal” (atestando que é a mais adequada), o edifício situado no lugar mais sadio da chácara é descrito detalhadamente, inclusive, com medidas de cada cômodo, em suas 4 faces, contribuindo para compreender inclusive as menores intervenções, como as divisórias dos banheiros, no intuito de favorecer que o aluno estivesse “decentemente resguardado”. Da mesma forma, a separação dos dormitórios entre funcionários e alunos (estes por suas faixas etárias, e aqueles entre criados, escravos e professores) é estabelecida como garantia de condições saudáveis à permanência dos alunos⁶⁰:

Os professores e mais empregados do estabelecimento, inclusive criados e escravos, têm os seus commodos em uma casa separada do edificio principal pela distancia de 20 braças ao lado esquerdo, e ao direito está collocada a gymnastica. A charara tem na sua maior largura mais de 300 braças, e mais de uma milha de fundo com matos virgens, etc.; está certada de ruas com lugares apropriados para passeios e recreios, e mais entretenimentos indispensaveis para o desenvolvimento physico e moral dos alumnos.

Nas referências de outros colégios, também localizados nas freguesias da Corte Imperial, as preocupações são semelhantes, como pode ser percebido pelo destaque do anúncio do *Lyceu Roosmalen*, em 1857, em que a informação acerca da “excelente posição sanitária” é descrita antes que qualquer outra informação. Semelhante a outras instituições, como o *Colégio Preparatório Para o Comércio e Academias do Império*, ao fazer questão de destacar que o estabelecimento para meninos é situado num dos

⁵⁸ Gondra, (2004).

⁵⁹ Rua do Livramento N.122, Centro.

⁶⁰ Um claustro dividido em 4 faces: ainda registra as medidas dos cômodos, dos espaços do edifício (em palmos, não metros). Salão superior onde estão os dormitórios dos alunos maiores, com 40 camas, para os médios são 80 camas, e para os pequenos no fundo 38 camas. O lado direito ocupado pela direção, livraria, escritório e cella do bispo e sala de visitas. “Todos os cômodos espaçosos e arejados” e ainda a enfermaria e cozinha. Salão inferior: recreio as duas classes de alunos em dia de chuva, gabinete dos vice-diretores, nove salas a serviço de todas as classes, vinte e cinco banheiros “separados entre si por divisões de madeira acomodados para se ficar coberto e decentemente resguardado”. Um tanque de natação e banho, onde os alunos aprendem a nadar, no terreno.

mais “bellos subúrbios da Corte”. Já o *Colégio São Sebastião* que, num anúncio relativamente pequeno, preocupa-se em afirmar que o mesmo localiza-se na “melhor e mais salutífera localidade da Corte”. Não diferindo, o *Colégio Roosmalen*, para meninos, retrata sua localização “numa excelente posição sanitária”. O *Colégio Santa Cruz*⁶¹ se caracteriza como “bem arejada, excelente e expansioníssima casa” onde “fornece abundância e variedade de vegetais e todas as comodidades para banhos”. Acrescenta ainda que se encontra “numa das melhores ruas desta Corte” e que, no que se refere às repartições internas do estabelecimento, são mantidas sob “boa ordem, asseio e regularidade”, onde, para isso “dispõem de uma enfermaria e médico de partido”.⁶²

Estes apontamentos poderiam traduzir o que, segundo Gondra, (2004), representa a perspectiva higienista do século XIX, preocupada “em definir tanto o espaço exterior como o espaço interior dos colégios, para que, com essa dupla combinação, pudessem ser construídos edifícios capazes de abrigar uma grande população de estudantes, impondo-lhes o modelo de ‘bom ambiente’”. Cabe assinalar que a produção do espaço escolar a partir dos discursos higienistas não se limitava a prescrições acerca de medidas que organizavam e harmonizavam fisicamente suas estruturas. Ao contrário, princípios de ordem, vigilância, disciplinamento dos corpos, moralização das ações, estão inscritos, nos mesmos termos, no discurso que pretendia ordenar o ambiente da educação oitocentista. Esta observação lá - estudos de Gondra, (2004) - vincula-se às produções acadêmicas e científicas da medicina higienista. Já os anúncios do *Almanak Laemmert* evidenciam sob outros ângulos as mesmas marcas como sinais de um tempo socialmente complexo.

A este exemplo, podemos mencionar o *Colégio de Meninas* (dirigido pela Baroneza de Geslin), em cuja proposta de propaganda destaca certos cuidados vigilantes e ternos que formam a base do colégio: “princípio seguros de RELIGIÃO e MORAL, vigilância e ternura verdadeiramente maternal, formão a base deste colégio”.

Uma representação “verdadeiramente maternal”, como a própria instituição se descreve, e reforça, ao estabelecer um certo tipo de relação estreita entre os responsáveis e o aluno através de uma “conta fiel” encaminhada trimestralmente a estes,

⁶¹ Até 1852 aparece nos anúncios como *Colégio D’instrução Elementar*, quando registra a partir desta data a alteração de sua nomenclatura e a lista de alguns novos funcionários, bem como estes novos registros acerca da estrutura física do colégio. Este colégio localiza-se na Rua do Lavradio, no Centro.

⁶² Estes termos se repetem em outros registros publicitários como os do *Colégio Santa Cecília* e o do *Colégio de Meninas* (Madmosele Mounier), descrevendo um tipo de tratamento, com as alunas, que é embutido do maior carinho possível e em que se estabelece “toda limpeza e asseio”.

indicando seus progressos, conduta e demais observações: “cada trimestre os pais de família recebem uma conta fiel da conducta das suas meninas, assim como de seus progressos”. Aqui fica evidentemente clara a intensão de criar, para o ambiente de ensino, uma espécie de laço que se estende aos da casa.

Não sendo exclusividade deste estabelecimento supracitado, o referido zelo maternal e vigilante, é também destacado em outros anúncios, como os do Colégio Roosmalen, para meninos, em que retrata cuidados também direcionados a disposição dos meninos por faixa etária em seus respectivos dormitórios. Para tal controle, foram organizados em três classes, e estão, todos, “debaixo da vigilância dos diretores”. E ainda, nos anúncios do *Colégio Fluminense*, em que estão garantidas, aos “seletos e bem escolhidos alunos”, algumas práticas de vigilância. Bem como um sistema rígido de punição no que se refere às questões de sexualidade, que, aqui, são relacionadas diretamente à moralidade: “escolha dos alumnos que admittir; despedindo quelles em que observar actos immoraes”.

Estes elementos representam, evidenciam e acompanham uma tendência da intelectualidade medica, como apontamos, e que, cada vez mais, passava a valorizar o ar puro, exercícios físicos, controle das curiosidades sexuais, como fatores importantes para saúde infantil, entendida como moralização e moderação nos usos do corpo.

Os profissionais: magistério particular.

Na tentativa de reconstituir os vestígios de um caminho traçado pelos profissionais da educação inseridos na malha privada, pudemos levantar alguns apontamentos a partir de uma leitura sistematizada dos anúncios inscritos no *Almanak Laemmert*.

Um primeiro destaque. Atestar qualidade da instituição de ensino a partir dos profissionais que ministram as aulas em seus estabelecimentos, se mostra um apontamento significativamente recorrente. O *Colégio Parahyba do Sul*, como exemplo, registra a preocupação do diretor em “fazer os maiores sacrifícios para obter e conservar os mais dignos e hábeis professores”. Evidência também nos anúncios do *Colégio de Meninas* (Baroneza de Geslin), a partir do destaque: “para justificar a confiança dos pais, a diretora só admite em sua casa os professores os mais distintos da Corte”.

No *Colégio Santa Cecília*, os professores são descritos como os da mais “reconhecida habilidade no desempenho de sua arte”. O *Colégio Marinho*, por sua vez, optou por dar visibilidade aos nomes dos 20 profissionais do seu estabelecimento como única estratégia de atestar qualidade do mesmo, uma forma também apropriada pelo *Colégio Zaluar*, em 1853, quando destaca, além do plano de estudos oferecido pela instituição, seus funcionários no anúncio pago.⁶³

No que se refere à informações específicas acerca do magistério particular, é possível elencar algumas impressões como o acúmulo de atividades e matérias (dos diferentes graus de instrução) a que estes profissionais se submetiam. A primeira pode significar, por um lado, o fato de que professores dividiam-se em tarefas diversas e não relacionadas à prática docente e, por outro lado, que profissionais das mais diversas áreas se envolviam com o magistério num sentido de transformá-lo em apenas mais um dos serviços que ofertam.

A exemplo, João Batista Froyes Silva (não se identifica como professor), que no anúncio de 18 linhas, no ano de 1847, oferta serviços de acordo com suas distintas habilidades, além de especificar os métodos e técnicas com os quais realiza seus trabalhos. Este profissional, dividindo espaço com anúncios de mestres do ensino secundário com suas aulas avulsas, garante estar preparado para “dar lições de architectura (...) dirigir construções de edifícios (...) levantar mappas ou cartas de projeção de terrenos, nivelamentos e medição de sua superfície”, como destacado no anúncio que segue:

⁶³ A respeito dos funcionários de cada estabelecimento, outros anúncios nos dão a ver algumas relações políticas e sociais articuladas ao processo de escolha dos mesmos, como em 1859, em que o Colégio Episcopal São Pedro D’Alcântara, relatando o número destes na sua escola (18 pessoas, destes 15 são professores, destes 3 de bellas artes e 3 encarregados de disciplina), registra que alguns destes compõem uma “Comissão honorária de inspeção científica”, cujo presidente é o Bispo Capellão Mor Conde de Irajá, e mais 6 membros: Marquesses, Viscondes e, curiosamente, dois Conselheiros Públicos, Euzébio de Queiróz e José Pedro Dias.

João Baptista Froy's Silva, rua de Matacavallos, 19.
Dá lições de Architectura. Encarrega-se de dirigir
construcções de edificios segundo os preceitos da
arte, e as importantes leis da Statica e Dynamica,
determinadas pelo calculo, e com algumas parti-
cularidades, como seja nas salas construidas pro-
priamente para bailes e musica, terá applicação as
curvas de dupla curvatura, que pela theoria da
Acustica presta a prolongação do som com excel-
lentes resultados pelos maravilhosos effeitos da
Parábola; e nos quartos de dormir em que não se
possa dar uma disposição para que sejam arejados,
serão aparelhados de um systema de tubos inspi-
rantes e respirantes que fará a troca do ar corrom-
pido pela substituição do ar oxygenado (ar simples).
Levanta mappas ou cartas de projecção de ter-
renos, nivelamentos e medição de suas superficies
em braças ou varas quadradas.

Antônio Alves Branco Moniz Barreto, professor de cadeiras distintas do ensino secundário, representa aqueles profissionais que, como ele, acumulam matérias no seu exercício docente. Assim, atesta o anúncio de 1848 que ensina língua portugueza, francesa, latina e aritimética.

O professor Antônio Moura - lente de clarineta do Conservatório de Música, da Capella Imperial e do Teatro Lyrico Fluminense, que ainda leciona instrumentos em casas particulares, como registra o anúncio de 1859 - e o Professor João Mamede Junior - um engenheiro civil que oferta aulas em casas particulares ou colégios que o quiserem contratar⁶⁴ - são mais algumas destas experiências relatadas que dão visibilidade a condição profissional que se configura no século XIX na carreira do magistério.

A partir desta fonte também foi possível investigar sinais de formação destes profissionais. Sejam os próprios docentes ou colégios, anúncios do Laemmert nos dão a ver alguns vestígios que evidenciam o pertencimento destes mestres nos seus respectivos percursos de profissão. Habilitados pela prática, em casos de transmissão do ofício nas atividades familiares, ou em grandes instituições, nacionais e internacionais, docentes da Corte Imperial registram suas certificações nas propagandas do anuário oitocentista.

⁶⁴ Aulas de aritméticas elementares, geografia e história.

Assim o faz, em anúncio de 1847, o professor Casimiro Correia de Almeida Portugal⁶⁵, destacando que “foi discípulo dos professores lisbonenses João Manoel Esteves e Joaquim Jose Ventura”, o que concorreu para lecionar de forma breve a escrita segundo o método do professor Joaquim, e, ainda, que possui as utilíssimas pautas necessárias a este método que são desconhecidas na Corte:

Casimiro Correia de Almeida Portugal, discípulo dos Professores Lisbonenses João Manoel Esteves Carneiro e Joaquim José Ventura da Silva, lecciona em mui breve tempo o sublime methodo de escripta d'este ultimo, do qual possui as utilissimas pautas ainda desconhecidas nesta côrte; ensina igualmente no seu Collegio Fluminense, rua dos Arcos, 28, todos os mais ramos d'instrução primaria e secundaria, para o que recebe pensionistas e externos. Todos os preparatorios para as Academias do Imperio são leccionados neste Collegio pelo Sr. Gamacho, Lente d'instituições canonicas do Seminario de S. José.

Da mesma forma, outros profissionais dão visibilidade às recompensas alcançadas por suas habilitações. Prêmios ou publicações, como o professor Jacob Wladimiro Petra de Barros, que, no anúncio de sua atividade como professor de desenho, destaca possuir “três grandes medalhas de ouro” recebidas da Academia de Bellas Artes da Corte; o diretor do Colégio D'instrução Primaria de Meninos, Antônio Maria Barker, ao descrever-se “autor e proprietário de uma coleção de compêndios”, como segue:

⁶⁵ Este profissional é diretor e professor do *Colégio Fluminense*. Aqui neste anúncio ele oferta aulas avulsas do secundário. No *Colégio Fluminense*, o ensino é também de instrução primaria. Registra em 1848 e 1849 que divide a direção do colégio, as aulas na própria escola e ainda aulas particulares (estas, três vezes por semana, a partir da três horas da tarde).

Collegio d Instrução primária de meninos internos e externos, largo de S. Domingos, 8, dirigido por Antonio Maria Barker, auctor e proprietario de uma colleção de compendios apropriados á mesma instrução, e que se achão á venda em quasi todas as lojas de papel, especialmente na da rua da Quitanda, 70, onde se vendem em porções com o abatimento de 20 por cento.

Um tipo de experiência identificada também em outros anúncios como o de 1859, em que o professor Luiz Antônio Burgain destaca ser “autor do novo método prático e teórico da língua francesa (já em terceira edição)”, e, ainda, do novíssimo “Guia de conversação (...) ambos adotados por um grande número de estabelecimentos e professores distintos”.

Acerca destes dados, pesquisas historiográficas vem desenvolvendo análises que colaboram com o alargamento do conceito de intelectualidade lançado aos profissionais do magistério no século XIX.⁶⁶ Seus apontamentos consideram professores primários como integrantes de um grupo específico de intelectuais, cujo processo de formação integrava a própria constituição da cultura escolar, e acrescentam:

Os resultados da análise dos dados biográficos podem indicar até que ponto tais professores, por serem autores de publicações de livros didáticos, artigos em periódicos, crítica literária, romances, poesias e outros, foram aos poucos formando um grupo específico de sociabilidade intelectual, que se dedicava ao ensino primário da Corte imperial na segunda metade do século XIX.⁶⁷

Os vestígios que ora destacamos neste estudo, a partir dos anúncios do Almanak Laemmert, expressam de que maneira estes profissionais da educação privada, na Corte Imperial, lidara com diversas formas de fazer circular suas produções, seus materiais.

⁶⁶ A este respeito cf. SCHUELER, Alessandra & TEIXEIRA, Jôsele. (2006). *Experiências profissionais e produção intelectual de professores primários na Corte Imperial*. In: III Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação; SCHUELER, Alessandra - Projeto de pesquisa intitulado: *Experiências profissionais e produção intelectual de professores primários na Corte imperial (1860-1890)*, em andamento, junto ao Núcleo de Ensino e Pesquisa em História da Educação da UERJ (NEPHE/UERJ).

⁶⁷ Ver sobre esta metodologia de trabalho com as fontes nos estudos de GASPARELLO; VILLELA et alli (2003), especificamente para o caso dos professores/autores de escolas secundárias entre 1860-1930.






Atestando com elas sua inscrição nos debates e questões educacionais travados neste tempo, como observam Schueler e Teixeira (2006):

Preocupados com o próprio estatuto profissional, com as condições materiais do ensino público e os graves problemas do seu tempo (...) os professores reuniram-se em agremiações, fundando jornais e revistas pedagógicas, através dos quais defenderam a educação e a instrução populares e opinaram sobre os caminhos e os destinos da *nação*. Por meio da imprensa e da participação nos trabalhos das *Conferências Pedagógicas*, e, ainda, da elaboração de livros e compêndios didáticos, os mestres não apenas contribuíram para os debates sobre a educação imperial, mas, principalmente, disputaram entre si idéias, opiniões e propostas políticas para a sua sociedade. Os professores discutiram o que consideravam os principais problemas enfrentados à sua época como, por exemplo, a emancipação dos escravos, as repercussões sociais da liberdade e a reformulação da cidadania (SCHUELER, 2002). Apresentaram concepções diversas em relação ao seu próprio papel social, às funções do Estado na promoção da instrução pública e aos significados da educação formal por intermédio das instituições de ensino. Atuaram como intelectuais urbanos, como intelectuais do ensino, envolvidos com as questões da instrução primária, do ofício docente e da cidade.⁶⁸

Em 1850, entre os anúncios de “Profissões liberais”, o professor de ginástica, Bernardo Urbano de Bidegorry, anuncia seus vínculos profissionais e qualificação, registrando a posse de três medalhas de “salvação de vidas”, além de sua função enquanto diretor do Ginásio Militar do Arsenal de Guerra. Acrescentando a seguir que seus serviços são recomendados para diversos fins: “pais que tiverem filhos de débil constituição e assim pequenos e alguns vícios (...) deformidades no corpo (...) fraquezas em algumas articulações (...) qualquer enfermidade susceptível de ser curada pela ginástica ortopédica”. Comunica também o atendimento residencial que, mesmo acarretando material necessário, mandaria fabricar.

Não medalhas, mas pertencimentos a determinadas ordens religiosas e seus respectivos títulos, são outras formas que estes profissionais encontraram para dar visibilidade as suas redes de sociabilidades, prestígio social e competência, como evidenciam as propagandas dos mestres Guilherme Paulo, Padre João Jacques, Fernandes de Brito e Francisco Manoel, que, entre outros, expõem os símbolos que falam mais que certas palavras:

⁶⁸ SCHUELER, Alessandra & TEIXEIRA, Jôsele (2006).

Guilherme Paulo Tilbury,  2,  4,
 P.^o João Jacques,  3
 Fernandes de Brito,  3,
 Francisco Manoel da Silva,  5,

Credenciais que, a partir dos vínculos evidenciados, atestam pertencimentos em função de perspectivas religiosas ou políticas. Trata-se de um material que caracteriza as marcas de uma sociedade e que estão presentes nos mais variados espaços, como no próprio impresso que analisamos. Na terceira edição do *Almanak Laemmert* (1846), o próprio Editor do anuário registra na apresentação datada de 27/12/45 a explicação dos “Signos das Ordens”. Faz referência à *Ordem Imperial do Cruzeiro*; *Ordem Imperial de D. Pedro II*; *Ordem de São Bento*; *Ordem da Rosa*; *Ordem de Cristo*; *Ordem de Santiago*.

Planos de estudos: saberes, relações de gênero, graus de ensino.

Dando continuidade as questões levantadas pela nossa investigação, podemos apontar sinais relativos aos planos de estudo de cada instituição, condicionados ao nível de ensino oferecido.

Entre os graus de instrução (primária, secundária), a iniciativa privada instaura⁶⁹ outros espaços de educação, como o ensino preparatório – exclusivo para aprendizagem dos saberes necessários ao ingresso no ensino superior – ou ainda, um sistema de reforço escolar – uma espécie de professor explicador⁷⁰, que poderia ser contratado num estabelecimento especificamente para esta tarefa ou oferecê-la como aula avulsa, como demonstra o anúncio localizado em 1848, dando sinais da variedade inscrita da categoria de ensino particular: “José Antonio do Valle, professor de philosophia moral e racional, explicador de physica, botânica e zoologia, rua da Cadea, 99”.

⁶⁹

⁷⁰ Este tipo de anúncio, em que o próprio professor oferece seus serviços sem vínculo institucional, localiza-se, diferentemente do anúncio dos colégios, num outro espaço de publicidade no Almanak, são os anúncios das *Profissões Liberaes*, como especificado no Índice Alfabético. Podem ser professor primário, de preparatório ou secundário, de bellas artes - como musica ou desenho.

A prática de ensino preparatório torna-se significativamente recorrente no século XIX, mais que o de repetidor de ensino, ampliando as atividades do aparelho privado no campo da educação. O *Colégio Victório*, um exemplo relevante, é uma instituição que funciona exclusivamente para o ensino preparatório e de reforço. Sendo os alunos do primeiro ano de medicina (cujos saberes são os mesmos anunciados pelo Professor José Antônio do Valle) o principal alvo deste último serviço.

Nos mesmos termos, em 1849, o *Colégio Preparatório Para o Comércio e Academias do Império* (“aos que se dedicam ao comércio e carreira literária”) anuncia que:

O simples titulo deste estabelecimento mostra quaes os ramos de instrução que nelle se ensinão: podendo, comtudo, entrar-se mais miudamente nesse conhecimento por meio dos estatutos.

Os anúncios que fazem referência exclusiva ao nível secundário de ensino, quase se confundem com as ofertas do ensino preparatório, demonstrando as grandes tensões articuladas ao sistema de exames públicos exigidos para as academias do império, sob os cuidados da Diretoria Geral da Instrução Pública.⁷¹

A finalidade maior deste ramo do ensino era preparar os jovens para o ingresso nas faculdades de uma forma mais proveitosa e rápida que os estudos do ensino secundário. Assim, os estabelecimentos de ensino privado precisavam se ajustar a este interesse maior que se constituía imperativo para matrícula nos cursos superiores. Uma característica que condicionava seus currículos, empobrecendo-os no instante em que os restringia às disciplinas preparatórias, exigidas para determinado curso superior. (HAIDDAR, 1972).⁷²

Não só influência para o sistema curricular, este modelo parcelado adotado nos exames, também levou à consagração definitiva os estudos avulsos, visto que o maior interesse deste público era percorrer, o mais rapidamente possível, as disciplinas

⁷¹ A partir da lei de 17/02/1854 foi criada, junto à Inspeção Geral da Instrução Pública, uma banca de exames de preparatórios.

⁷² Dos diversos colégios e aulas direcionadas para este nível de ensino, dois colégios fazem referência aos detalhes que envolvem este processo. Nos anúncios das edições de 48 e 49, o *Colégio da Boa União* (ensino secundário para meninos) registra os dias de realização dos exames públicos, indicando que o ano letivo, começando em 7 de janeiro, está condicionado às datas das três etapas deste processo que se realiza em fins de abril, fins de agosto e meado de dezembro. Caracteriza, ainda, os dois primeiros, como simples adiantamento e o último cuja finalidade é conhecer os alunos que ficarão prontos. Já em 1859, o *Colégio Santa Cruz* (preparatório para meninos), registra-os para depois do dia oito de dezembro.

preparatórias relacionadas diretamente ao curso de seu interesse a fim de apressar seu ingresso no ensino superior.

Articulada a esta reflexão, a contribuição dada por nossa fonte é a percepção de que algumas disciplinas que não integravam condição para os exames dos cursos superiores, não eram exigidas pela maioria dos colégios particulares direcionados a instrução secundária. Sendo recorrente o fato de as oferecerem enquanto um sistema de cursos extras, à parte do valor da taxa escolar (sistema mencionado no desenvolvimento do trabalho).⁷³ Tais iniciativas demonstram e reforçam compreensão de que a instrução secundária tem como prioridade o ingresso no ensino superior.

O funcionamento dos “preparatórios” nos leva a refletir acerca destas tensões envolvidas no processo de estabelecimento dos saberes que devem compor o ensino secundário - dada a grande influência dos exames preparatórios - o *Colégio Roosmalen*, por exemplo, num anúncio de 1859, faz referência aos saberes a que se propõem ofertar. Na relação, primeiro aparecem as “matérias ensinadas conforme as exigências da profissão para o qual os pais destinam seus filhos”⁷⁴ - seja comércio ou qualquer outra profissão liberal. Posteriormente, assinala a existência da educação física como única disciplina que complementa as anteriores (ginástica e natação - que é “exercício para o corpo, agilidade e segurança”). Já o *Colégio Parahyba do Sul*, com oferta exclusiva de instrução preparatória para carreiras literária e comercial, como registrado nos anúncios, oferece, uma educação “moral, intelectual, religiosa e física”, que são a base das disciplinas pertencentes ao seu curso de 4 anos, a partir do qual os alunos terminariam falando as línguas que aprenderam e cálculos mercantis, independente do curso superior a ser escolhido. As matérias são: doutrina crista, línguas, matemáticas, bellas artes.⁷⁵

Também o *Colégio Zaluar*, localizado na praia de Botafogo, demonstra um interesse por oferecer saberes não restritos ao ensino preparatório de determinadas academias, embora sempre relacionados a esses: “uma educação intelectual e moral à perfeita habilitação para se entrar nas escolas superiores do comércio ou outras ocupações sociais”. Esta peculiaridade se faz presente mais uma vez nos registros publicitários dos colégios da *Boa União* e *Santa Cruz*. Nestes, o currículo era organizado sob bases de um sistema de seriação. No primeiro, porém, as matérias são

⁷³ Física, química, história natural, musica, etc.

⁷⁴ Línguas, matemática, geografia celeste e terrestre, história sagrada, antiga, moderna e arquitetura.

⁷⁵ O diretor é assinalado como conhecedor dos melhores métodos de ensino na Europa, Brasil e EUA. Segue então um sistema eclético, filho de sua prática e experiência.

distribuídas em classes mas, não sugerem nenhum tipo de gradação da primeira a sétima, ao contrário das classes distribuídas no *Colégio Santa Cruz*.⁷⁶

Sob nova direção⁷⁷, o *Colégio Santa Cruz* publica como propaganda do estabelecimento o currículo que compõe o plano estudos do mesmo. Os saberes passam a ser divididos em doze classes, onde são ensinados o preparatório para academias do império, aulas de línguas, ciências e bellas artes, como consta nos fragmentos do anúncio:

	Leitura, prosa e verso.	
1. ^a CLASSE.	{ Orthographia.	} Os
	{ Doutrina christã.	
	{ Grammatica.	
	{ Calligraphia.	
	{ Arithmetica até as 4 operações.	
2. ^a CLASSE.	{ Arithmetica.	} O
	{ Algebra.	
	{ Geometria.	
	{ Geographia.	
3. ^a CLASSE.	{ Historia Universal, Historia do Bras	} O
	{ Cosmographia, Chronologia, &c.	
	{ Leitura e explicação da Constituição	
	{ Noções de Ideologia, Rhetorica e	} O
	{ Poética.	
4. ^a CLASSE.	{ Versão litteral e livre do latim	} O
	{ para a lingua materna.	
	{ Composição em latim (themas).	

⁷⁶ 1848/1849: *Colégio da Boa União* - secundário para meninos - as matérias são distribuídas em classes, com indícios de que o critério de distribuição de matérias para cada classe, seja um tipo de agrupamento de determinadas disciplinas mais próximas. Ex.: na primeira classe estão distribuídas as disciplinas agregadas a língua portuguesa, como gramática nacional, leitura caligrafia, versificação portuguesa, etc. Na quinta classe temos a distribuição de desenho linear, paisagens, contornos e sombreamentos. Em 1850 é inscrita no anúncio a inclusão de mais uma classe, com a disciplina de tachygraphia, cujo professor é o Sr. Paulo Perestello.

⁷⁷ Em 1852, o *Colégio Santa Cruz* (antigo d'instrução elementar) anuncia: a direção do colégio foi alterada. Dos diretores Dr. Jose da Costa Azevedo e Januário Matheus Ferreira, para Augusto Carlos Gonçalves e Sousa e João Augusto Ferreira Rangel. A maioria dos professores também foi substituída.

5. ^a CLASSE.	{	Versão litteral e traducção livre do francez.	} M
		Composição.	
		Orthographia.	
6. ^a CLASSE.	{	Versão litteral e traducção livre do inglez.	} M
		Composição.	
		Orthographia.	
7. ^a CLASSE.	{	Versão litteral e traducção livre do al	}
		Composição.	
		Orthographia.	
8. ^a CLASSE.	{	Etymologia grega.	}
		Versão litteral e traducção livre do g	
		Dialectos da lingua grega, &c.	
9. ^a CLASSE.	{	Historia da philosophia.	} M
		Logica.	
		Psychologia.	
		Moral.	
10. ^a CLASSE.	{	Historia sagrada.	} P
		Leitura do psalterio, traducção do padre Caldas.	
		Leituras das odes sacras compostas pelo mesmo.	
11. ^a CLASSE.	{	Desenho linear.	} M
		Dito: elemental, em paisagens e contornos.	
		Dito, dito de paisagem e de sombreado.	
		Copias de gesso, &c.	
12. ^a CLASSE.	{	As cinco posições naturaes e curvadas.	} M
		Valsa.	
		Sólo inglez.	
	{	Quadrilhas.	}

Ao lado dos colégios, podemos identificar alguns profissionais de diversas áreas do comércio e ciências que se habilitam a dar aulas como preparação para determinadas áreas dos cursos superiores, como o Dr. Adolpho Manoel, que, em 1844, anuncia a oferta de dois saberes para o estudo de medicina: física e botânica.

Em alguns anúncios, apesar de não estar especificado a que ramo de ensino se refere o estabelecimento, podemos percebê-lo quando indicado os saberes disponibilizados. O *Colégio São Pedro de Alcântara*, em anúncios a partir da edição de 1848, possibilita reconhecer esta informação na media em que anuncia saberes específicos da instrução secundária, como segue:

Religião Christã—Leitura—Calligraphia—Grammatica Portugueza—Francez—Inglez—Allemão—Latim—Grego—Geographia—Cosmographia—Historia—Arithmetica—Algebra—Geometria—Astronomia—Rhetorica—Philosophia—Litteratura—Elementos de Physica—Chimica—e Historia Natural—Bellas Artes: Musica—Dansa—Desenho—Esgrima e Gymnastica.

Ao lado destas instituições, percebemos uma série de outros estabelecimentos do ramo secundário de ensino que não fazem qualquer referência ao ensino preparatório. Ao contrário, garantem um típico ensino humanista, como o *Colégio Atenêo Fluminense* que em 1845, trabalha com as seguintes disciplinas: literatura portuguesa, brasileira, inglesa, francesa, alemã, italiana, geografia e história, somadas a um curso extra de arqueologia.⁷⁸

Nos currículos do ensino primário verificamos outras marcas, agora relacionadas às questões de gênero. Por ser mais freqüente a presença feminina ainda neste ramo de instrução, os planos de estudo dos estabelecimentos estão caracterizados por conteúdos específicos para cada público. Exclusivos do ensino primário, uma relação grande de colégios pode ser destacada. Ainda que, atendendo aos distintos públicos, estes estabelecimentos são maioria para o ensino feminino. Já em número maior, são os colégios que ofertam instrução primária e secundária concomitante e numa mesma unidade, e que se destinam majoritariamente ao atendimento de meninos.

No que tange aos saberes femininos, somado as lições elementares do ensino primário (doutrina crista, leitura, escrita, quatro operações matemáticas e bellas artes - musica, desenho, dança), qualquer complemento curricular supõe restrições às matemáticas (álgebra, aritmética, geometria), ficando condicionados, quase exclusivamente, a oferta de “prendas que aperfeiçoam a educação de uma menina”, como destaca o *Colégio Nacional*, sob direção de D. Polucena Maria:

⁷⁸ Descreve ainda possuir um “lindíssimo Tratado de Caracteres de Escripta Ventureense, do qual possui as utilíssimas pautas, ainda desconhecidas na corte, e não usadas em outro colégio”.

Collegio Nacional, D. Polucena Maria da Conceição da Cruz, lecciona além das materias marcadas pela lei, todas as mais prendas que aperfeiçoão a educação de uma menina; tambem recebe pensionistas e meias pensionistas, rua do Areal, 7.

E outros, como o *Collegio de Educação Litteraria e Moral*. Direcionada a leitura, escrita, contas e habilidades de agulha, a instrução primária no *Colégio Santa Cecilia* é a mais típica lista curricular voltada para o ensino feminino.⁷⁹ Como demonstram os anúncios de demais instituições: *Colégio Emulação da Juventude* (lições de bordados, costura e belas artes); *Colégio Augusto* (onde, somente pela vontade dos pais, poderá ser aplicada a Aritmética as suas alunas).⁸⁰

A freqüência destas marcas no currículo primário de educação de meninas, não podemos deixar de salientar, evidentemente, os traços que descaracterizam uma imagem generalizante lançada a estas questões. Identificamos algumas instituições marcadas por tencionar certas tradições, como o *Colégio de Instrução e Educação de Meninas* (dirigido pelo Sr. e Sra. Hitchings), anunciado com bastante regularidade nas edições pesquisadas. Os saberes que compõem seus planos de estudos e que correspondem a “completa instrução de meninas (...) e os ramos da mais perfeita educação”, são:

<i>Linguas.</i>	<i>Bellas-Artes.</i>	<i>Sciencias.</i>
Ingleza.	Desenho.	Astronomia.
Franceza.	Musica.	Botanica.
Portugueza.	Dansa.	Historia antiga e
Allemaã.	Cañto.	moderna.
		Historia natural.
		Geograph. phys.
		e elementar.
		Uso dos globos.

Obras de costura de diversas qualidades, bordar em lã, branco, matiz e ouro, e obras de fantasia.

Podemos perceber que, neste estabelecimento, somada às “prendas que aperfeiçoam a educação de uma menina” (“bordar em lã”, “costura”), as “Sciencias”

⁷⁹ A esta, somam-se bellas artes e francês (acrescentado alguns anos depois de seu primeiro anúncio).

⁸⁰ Para os meninos, somadas às matérias básicas do ensino primário é possível encontrar com recorrência nos anúncios do Laemmert, estabelecimentos ofertando escrituração e contabilidade mercantil, aritmética, geografia, matemáticas, como o *Colégio Padre Saraiva*.

inscritas no currículo das alunas marcam a singularidade do mesmo em relação aos demais planos de estudos femininos que observamos.

No *Colégio de Meninas* (dirigido por M.r e M.me Lacombe) o destaque é para os estudos de algumas sciencias como aritmética, geometria e princípios da física. Uma diferença significativa aparece no *Colégio de Meninas*, sob responsabilidade da Baroneza de Geslin. Este colégio oferta às suas alunas aulas de cálculo, escrituração mercantil, retórica, geografia, esfera e mitologia, como segue:⁸¹

Objectos a ensino a cargo do Collegio.
As linguas Franceza e Portugueza, Leitura, Calligraphia, Calculo, Escripção mercantil, Grammatica geral, Rhetorica, Litteratura, Historia, Mythologia, Geographia e Sphera.
Bordados e trabalhos d'agulha de todos os generos.

Entre estas instituições, há aqueles que oferecem os diversos ramos de escolarização numa única unidade, como registram certos anúncios, embora a recorrência maior seja a de que os profissionais particulares e colégios se organiza em torno de um único grau de ensino. Desta observação podemos citar como exemplo, referências do *Lyceu Comercial* que em 1852 registra a oferta de ensino preparatório (com línguas francesa e inglesa) e de primeiras letras, aos meninos internos que atendem na instituição:

Lycéo de Minerva , Antonio Alvares Pereira Coruja , recebe internos e externos, e ensina os preparativos para todas as academias do Imperio ; inclusive primeiras letras, Grammatica da lingua Nacional, e principios de Religião e Moral Christã, r. da Quitanda esquina da da Cadêa, 12.

Com características próximas temos o *Colégio Episcopal São Pedro D'Alcântara* (dirigido pelo Cônego Jose Mendes de Paiva e seus irmãos) - que, em 1859, toma como seu “cargo a educação moral e intelectual dos alunos que lhe forem confiados, habilita-os para qualquer academia do Império, desde os elementos de

⁸¹ O *Colégio de Meninas* (dirigido por Madame Halbout), também inclui a aritmética como matéria da instrução primaria em seu estabelecimento.

instrução primária” - o *Colégio de São Sebastião* e o *Lyceo de Minerva* - onde o professor Antonio Álvares, recebe internos e externos.⁸²

Custos da instrução particular

O custo de uma família para manter seus filhos em um destes estabelecimentos variava de acordo com a situação em que o aluno seria admitido na instituição. Nos anúncios do Almanak Laemmert os colégios de ensino primário ou secundário poderiam se organizar para receber alunos como: pensionistas, onde ficavam em tempo integral no colégio, com retorno as casa somente nas férias ou no final de todo curso letivo, recebendo alimentação, instrução, educação e, em alguns casos, cuidados médicos; meio-pensionistas, em que poderiam retornar no fim de cada mês, de cada semana ou no final do dia; externos, que são alunos que retornavam todos os dias para seus lares.⁸³

No caso dos pensionistas, a instituição procurava estabelecer através do anúncio uma percepção de cuidados constantes, descrevendo o mesmo como se fosse ou funcionasse como uma quase extensão do lar. As distintas formas de atendimento que muitas instituições propunham era recorrente, inclusive em colégios de pequeno porte, em que o professor transformava sua própria casa em estabelecimento de ensino. Neste casos, os alunos pensionistas, ou meio-pensionistas dividiam os cômodos da casa com a própria família, como aparece num anúncio, de apenas 3 linhas, inscrito na edição de 1847, em que a única informação que consta, além do endereço, é a oferta de ensino para internos na casa da professora, a “D. Maria Angélica de Athayde Pestana de Simas”.

Somado aos valores das pensões escolares, podemos encontrar também uma relação de taxas extras, não compreendidas nestas e que correspondiam, geralmente, a algumas aulas como: desenho (6\$000 – seis mil Réis – no Colégio de Meninas da

⁸² As únicas instituições que localizamos - nestas 16 edições do Laemmert que foram analisadas – comprometidas com a formação de nível secundário para meninas são: *Colégio de N. Senhora da Conceição* (registrado na última edição da década de 50) e *Colégio de Meninas*. Sendo que, este último, localiza-se fora dos domínios da Corte Imperial, na cidade de vassouras. É dirigido por Madame Grivet que oferta os seguintes conhecimentos: línguas, história, trabalhos de agulha, geografia, aritmética, (obrigatórias); inglês, alemão, música e desenho (facultativas e pagas à parte).

⁸³ Informações acerca de valores foram identificadas em algumas instituições e não em todas. Isto foi possível em colégios, visto que os anúncios de professores particulares continham poucos dados.

Baroneza de Geslin), ou canto (8\$000 no Colégio de Meninas da Ms. Hitchings).⁸⁴ Bem como, determinados cuidados domésticos com as roupas dos alunos, por exemplo, que eram lavadas, engomadas e costuradas, por 4\$000.

Na tentativa de estabelecer uma compreensão acerca da significância exata destes valores na sociedade, investimos na tarefa de compará-los a custos de outros produtos comercializados neste tempo e anunciados no próprio Almanak, como: 1\$500 - o metro de um caro tecido como cetim; \$800 (oitocentos Réis) - uma lata de finos biscoitos franceses; 16\$000 a 41\$000 salário mensal de um professor público⁸⁵; 5\$000 - uma dúzia de retratos; 20\$000 - cama mais colchão de solteiros; 600\$000 - um jovem escravo; 66\$700 - salário mensal de um professor particular no *Colégio Victório*⁸⁶; 266\$000 - remuneração mensal do Inspetor Geral da Instrução Pública Euzébio de Queirós.⁸⁷

Para expor os valores referentes às pensões de alunos os colégios anunciados no Laemmert, entre 1844 e 1859, procuramos ordenar o relato a partir daqueles que percebemos os mais caros - que ficaram numa média de 30 a 40 mil réis por mês⁸⁸ - e os de menor custo - variando entre 10 e 25 mil réis.

Desta forma, o *Colégio Parahyba do Sul*, para meninos, é eleito um dos estabelecimentos mais caros. Seus valores, pagos trimestralmente (a modalidade de pagamento mais recorrente dos anúncios), são: 120\$000 Réis (equivaleria a 40\$000 mensais) para internos, somada a uma cobrança de 40\$000 Reis paga no ingresso do aluno para despesas domésticas, e mais taxas extras para algumas aulas.⁸⁹

O *Colégio Freese*, localizado fora da Corte Imperial (Nova Friburgo) e incluído aqui somente para demonstrar equivalências de preço, tem um custo de 210 mil Reis semestrais (35 mil réis mensais) para pensionistas, 20 para lavagem de roupa (semestral), 20 para cadernos e 30 para música. Além dos valores, registra sua

⁸⁴ São, comumente, as seguintes matérias: algumas línguas, dança, flauta, piano, canto, desenho, cujos valores ficam entre quatro e dez mil Réis cada.

⁸⁵ Lei Geral de Ensino de 15 de Outubro de 1827 - Artigo 3º: Os presidentes, em conselho, taxarão internamente os ordenados dos professores regulando-os de 200\$000 a 500\$000 annuaes com relação as circunstancias da população e carestia dos logares, e o farão presente à Assembléa Geral para aprovação.

⁸⁶ AGCRJ - Código 10.4.28

⁸⁷ AGCRJ - Código 12.2.23

⁸⁸ Calculamos por mês, mas a modalidade de pagamento varia de uma para outra instituição. Podendo ser mensal, trimestral, semestral ou anual. O menos comum é o mensal.

⁸⁹ A pensão de meio-pensionista era de 80\$000 e a taxa de entrada 20\$000, para externos o trimestre custava 30\$000, sem taxa extra. Bellas artes e lavagem de roupa são pagas a parte. Destaca ainda que "meninos pobres de pais honestos são admitidos gratuitamente. Sendo verificadas a pobreza e o talento pronunciado".

modalidade de pagamento e ainda um tipo de penalidade nos casos em que um aluno tenha a matrícula cancelada sem aviso prévio de três meses de antecedência.

O *Colégio de Instrução e Educação de Meninas* (dirigido pelo sr e sra Hitchings), destaca na propaganda as seguintes condições:

Condições.

Por mez	30\$000	Dansa	6\$000
Musica.	8\$000	Canto	6\$000
Desenho	6\$000	Lingua Italiana.	6\$000

Os pagamentos serão por trimestres adiantados sem que se faça desconto algum por ausencia ou ferias.

Estes valores supracitados são semelhantes aos anunciados pelo *Colégio Roosmalen* (para meninos). Nele, se paga 100\$000, 60\$000 e 21\$000, por trimestre adiantado, para pensionista, meio-pensionista e externo, respectivamente, sendo extras os custos das aulas de música e ginástica, bem como certos materiais (2\$000), aulas de desenho (3\$000), lavagem de roupas (4\$000) e taxa de dormitório no ato de entrada do aluno (20\$000).

Trazido também para nossa análise o *Colégio da Boa União*, inscrito nos anúncios desde 1848, somente em 1850 faz referência a seus valores. Estabelece, de forma singular, o custo pela instrução no estabelecimento: de acordo com o número de classes do ensino secundário (são oito) que os alunos se interessarem em estudar. Os pensionistas pagam, por uma só classe 20\$000 reis, os meio-pensionistas 10\$000 Reis e os externos 4\$000 reis, como segue:

Preços mensaes :

Os Pensionistas pagão, por uma só classe, 20\$000 rs.; por duas, 23\$000; por tres, 25\$000.

Os meios pensionistas, por uma só classe, 10\$000 rs.; por duas, 13\$000; por tres, 15\$000.

Os externos, por uma só classe, 4\$000 rs.; por duas, 7\$000; por tres, 10\$000.

As classes de Inglez, Algebra e Geometria, e Desenho são pagas em separado.

As gratificações dos pensionistas são pagas em quarteis adiantados; ~~as dos-meios~~ pensionistas e externos um mez sempre adiantado.

Ao lado destes, o Colégio Preparatório para o Comércio e Academias do Império, apresenta menor valor de pensão registrado: 40\$000 pagos por quatro meses adiantados (equivalendo a 10\$000 mensais). E o Colégio São Pedro de Alcântara, cuja pensão cuja pensão (trimestre adiantado) é de 75\$000 (ou 25 mensais) para internos, 48 mil para meio-pensionistas e 24 mil para externos, somada a uma taxa de material escolar no valor de 2\$000 Reis (trimestrais).

O *Colégio Fluminense* recebe destaque pelo registro com que estabelece a forma em que deveriam ser acordados os pagamentos, anunciando que ocorreria no primeiro dia útil de cada mês e adiantadas do serviço de aula. Para este colégio – em que é “zelado o bom ensino” a partir da escolha dos alunos a se admitir, bem como do número limitado destes, intencionando com isso manter “bons e morigerados discípulos” – o custo é: 24\$000 reis (pensionistas), 5 mil reis externos e 2 mil reis para cada ciência do ensino secundário.⁹⁰ Este colégio oferece ainda o serviço de aulas particulares, ministradas pelo próprio diretor, com o custo de 12 mil Reis mensais por três aulas semanais.⁹¹

No colégio em que são ensinados “todos os princípios que concorrem para completa educação de uma senhora”, os valores são:

⁹⁰ E nestes preços estão compreendidos os materiais das aulas: “lápiz, pennas, papel, tinta, pedra, pasta cadernos e livros portuguezes”.

⁹¹ Ressalva: “Esta pensão será, porém, mais cômoda quando na mesma casa estudarem duas ou três pessoas”.

CONDIÇÕES:

Por mez :	Pensionistas.	25\$000
»	Meias pensionistas.	15\$000
»	Externas.	8\$000

Os pagamentos são satisfeitos em trimestres adiantados, sem que se faça qualquer desconto pelo tempo de ausencia ou ferias.

Localizada na Praça da Constituição número 8 esta instituição, cujos valores estão descritos acima, é o *Colégio de Educação de Meninas*.⁹²

Dando continuidade a este exercício, foi possível identificar, a partir de uma leitura atenta, a movimentação destes valores no decorrer dos anos pesquisados. Percebemos com isso que alterações de valores referentes às pensões de cada estabelecimento varia muito pouco. Apenas alguns anúncios como o do *Colégio de Instrução e Educação de Meninas*, registram aumentos. Neste, houve um acréscimo nos valores da aula de música, que passou de 8 mil Reis para 10, e na pensão mensal de 30 para 40 mil Reis, além disso e foi incluída uma taxa extra de 25 mil reis para ingresso de pensionistas e de 40 para os alunos que permaneceriam na instituição nas férias escolares. Outra alteração, desta vez mais significativa, foi identificada no *Colégio Santa Cecília*, que anuncia em 1852, os seguintes valores: 20\$000, 12\$000, 4\$000 (pensionistas, meio-pensionista e externas, respectivamente). Posteriormente, no ano de 1853, evidencia uma redução no valor da mensalidade das alunas meio-pensionistas de 12\$000 para 10\$000 reis. Sendo, em 1859, caracterizado um aumento: 25\$000, 12\$000, 5\$000 nas pensões e de 6\$000 para 8\$000 mil réis para disciplinas extras do currículo.

O exercício poderia prosseguir, mas já há elementos que permitem pensar o valor atribuído a instrução. O comércio do saber, como se viu, não se dá de modo

⁹² Outros registros. *Colégio de Meninas* (Madame Halbout): 30\$000 pensionistas e 15\$000 meio-pensionista, 6\$000 línguas, 8\$000 piano. *Colégio de Meninas* (Baroneza de Geslin): bellas artes varia entre 6 e 7 mil réis, pensionistas 25\$000, meio-pensionistas 14\$000 e externas 8\$000 (por trimestre, roupa lavada custa 6\$000 (passou pra 7\$000), e uma taxa de 20\$000 para enxoval (travesseiro, colcha, etc). Em 1859 registra-se um aumento nestes valores, para 30\$000 pensionistas, 15\$000 meio-pensionista e 10 externas, línguas e bellas artes variando entre 6 (línguas) e 10 (piano). *Colégio Santa Cruz* (antigo d'instrução elemental de meninos) anuncia seus valores: com direito a primeira classe das 14 que oferece, são 20 mil réis mensais para pensionistas, 10\$000 meio, 5\$000 externos. Pelas outras classes pagarão o valor máximo de 10 mil, dependendo da classe. Estabelece 30 pela limpeza, colchões, lençóis, bacias, etc.

homogêneo. Varia de instituição para instituição, indício do público que cada uma atinge ou pretende atingir. Varia, igualmente, no interior de cada instituição em função do estatuto/condição do aluno (interno, ou pensionista, meio-pensionista e externo) e, sobretudo, o que se paga é proporcional aos saberes que se deseja comprar seus vendedores, difusores e condições em que se dá o comércio da instrução. Quanto mais detalhada, qualificada, especializada é a representação que o colégio faz de si (e de sua clientela), mais elevada é a taxa e os serviços extras que o estabelecimento oferece.

IV – Considerações finais

Naqueles tempos de valorização da instrução, atingir as “classes pobres”, através da difusão da instrução primária, não era apenas atribuição do Estado, mas, principalmente um dever constitucional. Muitos políticos, tomando a Constituição de 1824, criticavam a situação “quase estacionária” em que se encontrava o ensino no Município Neutro. As causas apontadas para justificar este estado de coisas eram inúmeras: exigüidade das verbas, acanhamento da iniciativa individual, grande extensão territorial e disseminação irregular da população, insuficiência de escolas públicas, etc. Além disso, a falta de uma uniformidade de ensino não permitia a generalização da instrução entre uma importante parcela do povo: as “classes pobres”.

Para que os conhecimentos elementares, indispensáveis a toda a população, fossem difundidos, seria imprescindível, em primeiro lugar, a decretação do **ensino primário obrigatório** para menores entre 7 e 14 anos, medida implementada nas diretrizes gerais do Regulamento da Instrução Primária e Secundária da Corte de 1854. O preceito legal que obrigava os pais ou outros responsáveis a cuidarem da instrução primária dos menores, sob pena de multa, nunca fora executado. Os dirigentes imperiais ponderavam que não havia quantidade suficiente de escolas na Corte para facilitar a frequência das crianças, principalmente nas localidades mais distantes. Antes de executar a lei, o governo precisava garantir os meios de viabilizar a educação, cumprindo o seu próprio dever, entendido pela criação de escolas públicas ou subvenção das particulares.¹

Neste contexto, percebemos então que a iniciação e o incentivo à expansão da iniciativa privada no século XIX partiram do próprio governo. Neste caso, a proposta de

associar a ação privada à política de Instrução Pública significava que o poder público procurava dividir o ônus do serviço com a sociedade, e, simultaneamente, garantir o princípio da **liberdade de ensino**. Assim, a iniciativa particular foi incentivada no sentido de fundar escolas e colégios, além de Sociedades para a instrução de crianças e adultos.

Porém, pela análise dos dispositivos da Reforma Couto Ferraz, foi possível observar que o governo procurou manter sob seu controle as atribuições de aprovar e inspecionar os programas de ensino, os horários de funcionamento dos estabelecimentos, os compêndios escolares e a capacitação profissional e moral dos professores. Desta forma, o Estado imperial preconizava para si não o monopólio da instrução e da educação, mas a responsabilidade de controlar e administrar suas iniciativas. O que sugere, neste caso, que as relações entre o Estado e a sociedade imperiais, no tocante à política de auxílio mútuo para desenvolvimento da Instrução Pública, não são instancias separadas, antagônicas e opostas entre si (MARTINEZ, 1997; LIMEIRA, 2007). Concordamos com Ilmar Mattos quando propõe que o Estado – e as classes que se constituem dirigentes – é constantemente construído no bojo de relações sociais, tensões e lutas políticas, de alianças, jogos de poder e convergências, que se formam, e se transformam permanentemente, num dado contexto histórico (MATTOS, 1990, p. 1-7).

Neste sentido, ainda que consideremos o total de questões lançadas a nosso objeto de estudo e que estiveram presentes neste exercício de pesquisa, sentimos que todas elas permanecem inquietas. Primeiro, porque muitas esperam ainda respostas mais satisfatórias, mais completas, a partir de uma investigação mais demorada, mais minuciosa. E, segundo, a correlação de outros fatos, evidências, dados e experiências aqui não investigados, certamente, tornariam mais ricas as reflexões, tornando possível ver nosso objeto de modo complexo. Embora trabalhoso este nos parece ser um projeto possível.

No entanto, daquilo que já foi colhido transformamos em instrumentos que viabilizaram percorrer as relações em que estava inscrita a iniciativa privada de escolarização na sociedade oitocentista. A investigação acerca da fonte principal (*Almanak Laemmert*) que orientou o processo de elaboração das indagações lançadas a este aparelho privado em sua materialidade contribui com o processo de organização de um repertório das fontes relativas à instrução na Corte Imperial que vem sendo constituída na historiografia educacional. Neste sentido, ao viabilizar a análise acerca

das escolas oitocentistas e de seus materiais, o anuário Laemmert, tornou esta escrita mais que um exercício de história. De forma mais rica permitiu, ao mesmo tempo, que caminhássemos nos demais espaços da sociedade percebendo relações mais gerais, entre elas suas culturas, suas políticas.

No recorte cronológico operado, recobrimos 16 anos de publicação deste impresso e muitas páginas de anúncios, com os quais identificamos informações diversas acerca das práticas educativas dos particulares, de algumas aulas avulsas, de alguns colégios, de professores, explicadores que comercializavam seus produtos (saberes e práticas educativas) com base em determinados valores. Trata-se de vestígios da existência de uma extensa malha privada inscrita num processo em que a instrução adquire cada vez mais visibilidade e que puderam ser pensados no âmbito deste silencioso e inenarrável passado.

Assim, na tarefa de perceber outras informações que pudessem nos falar acerca daquilo que se constituía como parte de um jogo de relações nos deparamos com os vestígios de que a escolarização das multidões, não se configurava naquele tempo, exclusivamente, como um projeto imposto pelo Estado, mas apropriado e reinventado pela própria sociedade, seja pela iniciativa dos proprietários das escolas que viam a instrução como dispositivo para reprodução de valores específicos, mas também de reprodução e expansão do capital, ou seja por experiências produzidas e vividas pela sociedade em torno da promoção da instrução popular, com a criação de sociedades e associações, em que se destacavam grupos políticos, educadores, comerciantes, religiosos.

Como se pode perceber, ainda que indiciariamente, no Brasil, particularmente no caso da Corte Imperial, a separação formal entre público e privado precisa e exige ser problematizada. A hipótese a ser mais explorada supõe pensar que a reflexão sobre a esfera pública, no que diz respeito à educação formal, adentra nos meandros e intimidade da esfera privada. Dois domínios cruzados.

V – Referências bibliográficas

ALENCASTRO, Luiz Felipe (org.). *História da vida privada no Brasil: Império*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

ALMEIDA, José Ricardo Pires de. *Instrução Pública no Brasil (1500-1889). História e legislação*. Tradução: Antonio Chizzotti; ed. Crítica Maria do Carmo Guedes, 2ª edição, ver. – São Paulo: EDUC, 2000.

BORGES, Angélica & TEIXEIRA, Gisele Baptista. *Antonio Almeida de Oliveira, os ideais republicanos e a instrução: um projeto para O ensino público no século XIX*. In: Revista História da Educação, ASPHE. 2005.

CAMBI, Franco. *Historia da Pedagogia*. Tradução de Álvaro Lorencini. São Paulo: Fundação Editora da UNESP (FEU), 1999.

CHARTIER, Roger. *A história cultural - Entre práticas e representações*. DIFEL/Bertrand Brasil, 1988.

DREYFUS, Hubert & RABINOW, Paul. *Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Tradução Vera Porto Carrero. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

EL FAR, Alessandra. *A disseminação do livro popular nas últimas duas décadas do século XIX e a trajetória editorial de Pedro Quaresma, proprietário da Livraria do Povo*. I Seminário Brasileiro Sobre o Livro e História Editorial. Rio de Janeiro: FCRB, UFF/PPGCOM, UFF/LIHED, 2004.

FARIA FILHO, Luciano. (Org.) *500 Anos de Educação no Brasil*. BH: Autêntica, 2004.

FARIA FILHO, L. O processo de escolarização em Minas Gerais: questões teórico-metodológicas e perspectivas de análise. In: VEIGA, Cynthia e FONSECA, Thaís. (orgs.). *Historiografia e história da educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. A Legislação Escolar como fonte para a História da Educação: Uma tentativa de interpretação. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes de. *Educação, Modernidade e Civilização*, BH: Autêntica, 1998.

FARIA FILHO, L. & VIDAL, D. Os tempos e os espaços escolares no processo de institucionalização da escola primária no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*. Editora Autores Associados, Mai/Jun/Jul/Ago, nº 14, 2000.

FOUCAULT, Michel. *Arqueologia do saber*. 7ª edição. Tradução Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004a.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: nascimento das prisões*. 29ª edição. Tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes, 2004b.

FREITAS, Marcos Cezar (org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. 5ªed. São Paulo: Contexto, 2003.

GARCIA, Inára. *Certame de atletas vigorosos/as: uma análise dos processos de seleção de professores/as no século XIX (1855-1863)*. Rio de Janeiro, Dissertação de Mestrado. UERJ, 2005.

GONDRA, José. *O dia do professor – a ordem, as leis e as regras*. In: Coletânea VI: Caminhando em Educação. Rio de Janeiro: UERJ/ Faculdade de Educação, 1997.

GONDRA, José. Eusébio de Queirós. In FÁVERO, Maria de Lourdes & BRITO, Jader. *Dicionário dos Educadores no Brasil*. 2ª edição. Rio de Janeiro: EDUFRJ, 2002.

GONDRA, José G. *Artes de civilizar: medicina, higiene e educação escolar na Corte Imperial*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2004.

GONDRA, José Gonçalves & GARCIA, Inára & SACRAMENTO, Winston. *Estado Imperial e Educação Escolar: Rediscutindo a Reforma Couto Ferraz (1854)*. I Congresso da Sociedade Brasileira de História da Educação: CSBHE, 2000.

GONDRA, José Gonçalves & TAVARES, Pedro Paulo Hausmann. *A Instrução Reformada: Ações de Couto Ferraz nas Províncias do Espírito Santo, Rio de Janeiro e na Corte Imperial (1848-1854)*. III Congresso da SBHE. CD-Room. Curitiba, 2004.

GONDRA, José & LEMOS, Daniel. *A necessidade polimorfa da escola e o processo de fabricação da ordem escolar. Formas e estratégias educativas*. Revista do Rio de Janeiro. 13-14, Mai/Dez, pág 69-84, 2004.

Haidar, Maria de Lourdes M. *O ensino secundário no Império Brasileiro*. SP: EDUSP/Grijalbo, 1972.

LEMOS, Daniel C. A. *O discurso da ordem – A constituição do campo docente na Corte Imperial*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro, UERJ: 2006.

LIMEIRA, Aline de Moraes. *Práticas discursivas e publicidade: a iniciativa privada no Almanak Laemmert (1844/1859)*. In: IV Congresso Brasileiro de História da Educação (CSBHE). Goiânia, 2006.

LIMEIRA, Aline de Moraes. *Instituições privadas: a educação nos anúncios do popular Almanak Laemmert*. In: 15ª Semana de Iniciação Científica (SEMIC). Universidade do Estado do Rio de Janeiro- UERJ, 2006.

MAGALDI, Ana Maria, ALVES, Claudia & GONDRA, José. (orgs.) *Educação no Brasil: História, Política e Cultura*. Bragança Paulista: EDUSF, 2003.

MATTOS, Ilmar Rohloff. *O tempo Saquarema*. São Paulo: Hucitec, 2004.

MARTINEZ, Alessandra. *Educar e instruir: a instrução popular na Corte imperial*. Dissertação de Mestrado em História, Niterói: UFF, 1997.

MARROU, H. –I. *Do conhecimento Histórico*. 3ª edição. Tradução Ruy Bello. São Paulo: EDPU, s/d

MIGNOT, Ana Cristina Venâncio, CUNHA, Maria Teresa Santos. (orgs.) *Práticas de memórias docentes*. Série Cultura, Memória e Currículo. Rio de Janeiro: Cortez, 2003.

NEVES, Dimas S. *Sujeitos da educação no Império: o caso de negros e índios nas reformas da Instrução Pública em 1854*. IV CBHE, Goiás, 2006.

NUNES, Clarice. A instrução pública no Brasil. Uma leitura da primeira história sistematizada da educação brasileira. *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas. n. 93, p. 51-59, 1995.

OLIVEIRA, Antonio Almeida de. *O ensino público*. 2ª edição. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2003.

PARK, Margareth Brandini. *Histórias de almanaques no Brasil*. Campinas, SP: Mercado de letras: Associação de Leitura do Brasil; São Paulo: Fapesp, 1999.

PINHO, Polyanna Gomes & SOUZA, Flávia. “*Formal-as na sciencia da direcção do lar*”: análise de uma proposta de ensino secundário para o sexo feminino no século XIX. IV CBHE, Goiânia, 2006.

SHWARCZ, Lilia Moritz. *As Barbas do Imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. SP: Companhia das Letras, 1998.

VAINFAS, Ronaldo (org.) *Dicionário do Brasil Imperial (1822/1889)*. Rio de Janeiro, RJ: Objetiva, 2002.

VASCONCELOS, Maria C. Chaves de. *A casa e seus Mestres: a educação no Brasil dos Oitocentos*. Rio de Janeiro: GRYPHUS, 2005.

VEIGA, C. & FONSECA, T. (orgs.). *Historiografia e história da educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

VIDAL, D. & CORTEZ, M. (orgs.). *A Memória e a Sombra*. A Escola Brasileira entre o Império e a República. BH: Autentica/FEUSP, 1999.

SCHUELER, A. M. *Forma e culturas escolares na cidade do Rio de Janeiro: representação, experiência docente nas escolas públicas primárias (1870/1890)*. Rio de Janeiro, Tese de Doutorado: UFF, 2002.

SCHUELER, Alessandra Frota M. de. & TEIXEIRA, Jôsele. *Experiências profissionais e produção intelectual de professores primários na Corte Imperial (1860 – 1889)*. VI Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação, COLUBHE: Uberlândia, 2006.

SCHUELER, Alessandra Frota M. de. *Culturas escolares e experiências docentes na cidade do Rio de Janeiro (1854-1889): notas de pesquisa*. 28º Reunião Anual da ANPEd (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação), Caxambu, 2005.

SCHUELER, Alessandra & SOUZA, Flávia *Ofício em família: o Colégio Amorim Carvalho na Corte Imperial (1888-1889)*. I EHEd-RJ/UFF, 2007. (no prelo).

SCHUELER, Alessandra. Professoras Primárias na cidade do Rio de Janeiro. Notas sobre a feminização da docência. In: *Revista Rio de Janeiro. Dossiê "Educação: Formas e estratégias educativas"*. N.º.13-14, Maio-Dez, 2004.

TEIXEIRA, Gisele. *Caminhos do saber escolarizado: produção, controle e circulação de livros nas escolas primárias da Corte Imperial*. Rio de Janeiro: UERJ, Monografia, 2005.

UEKANE, Marina. *Educar no método de educar: um estudo acerca da formação de professores na Corte Imperial (1854-1888)*. Rio de Janeiro: UERJ, Monografia, 2005.

VARELA, Julia & ALVAREZ URIA, Fernando. A maquinaria escolar. Porto Alegre: *Teoria e Educação*, 6, p 68-96, 1992.

VASCONCELOS, Maria C. *A casa e seus Mestres: a educação no Brasil dos Oitocentos*. Rio de Janeiro: GRYPHUS, 2005.

VEIGA, C. & FONSECA, T. (orgs.). *Historiografia e história da educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

VIDAL, D. & CORTEZ, M. (orgs.). *A Memória e a Sombra. A Escola Brasileira entre o Império e a República*. BH: Autentica/FEUSP, 1999.

VINCENT, G., LAHIRE, B. & THIN, D. Sobre a história e a teoria da forma escolar. *Educação em Revista. Dossiê: Trabalho e Educação*. Revista da Faculdade de Educação da UFMG, 33, junho, 2001.
